

Relatório Anual de Gestão

VIII Plenário

2015



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

VIII PLENÁRIO

Conselheira Presidenta: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues

Conselheiro Vice-Presidente: Igor Schutz dos Santos

Conselheiro Tesoureiro: Fabricio Antonio Raupp

Conselheiro Secretário: Anderson Luis Schuck

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Anderson Luis Schuck - CRP-12/10082

Fabricio Antonio Raupp - CRP-12/08012

Inea Giovana da Silva Arioli - CRP-12/01269

Igor Schutz dos Santos - CRP-12/07736

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues - CRP-12/01706

Maribel Batista Sebastião - CRP-12/08030

Simone Vieira de Souza - CRP-12/01489

Tatiane Cristine da Silva - CRP-12/08607

Yara Maria Moreira de Faria Hornke - CRP-12/08685

Conselheiras(os) Suplentes

Aline Batista Bernardes - CRP-12/06683

Ana Maria Pereira Lopes - CRP-12/01423

Geny Beckert - CRP-12/02454

Giuliana de R. C. de Leandro Remor - CRP-12/05268

Joice Danuso Justo - CRP-12/07017

Juliana Lima Medeiros - CRP-12/08651

Juliane Cristine Koerber Reis - CRP-12/00469

Junior Cesar Goulart - CRP-12/11136

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do VIII Plenário do CRP-12, exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Autarquia está obrigada.

1. Ações do VIII Plenário

- Planejamento Anual: 15 e 16/01
- Plenárias Ordinárias: 17/01; 28/02; 21/03; 11/04; 23/05; 13/06; 18/07; 15/08; 19/09; 17/10; 21/11 e 19/12.
- Plenárias Extraordinárias da Comissão de Ética – COE: 27/02; 10/04; 12/06; 14/08; 21/08; 16/10; 18/12
- Plenárias de Julgamento: 27/02; 20/03; 14/08; 16/10; 18/12
- Aplicação de Penalidades de Processos Éticos: 24/07; 25/09; 09/10; 11/11; 20/11;
- Assembleia Geral Orçamentária: 16/10
- Relatório Anual Gestão
Orçamento R\$ 111.744,06

2. Ações de diretoria

- Reuniões semanais de Diretoria: 02/01; 06/01; 21/01; 28/01; 31/01; 04/02; 11/02; 18/02, 25/02; 04/03; 11/03; 18/03; 25/03; 01/04; 08/04; 15/04; 22/04, 06/05; 13/05; 20/05; 22/05; 27/05; 03/06; 10/06; 20/06; 24/06; 01/07; 03/07; 08/07; 15/07; 22/07; 29/07; 05/08; 13/08; 21/08; 27/08; 03/08; 10/09; 17/09; 24/09; 01/10; 08/10; 15/10; 22/10; 29/10; 05/11; 10/11; 19/11; 26/11; 03/12; 04/12; 09/12; 17/12 e 28/12
- Reunião Administrativa e Financeira: 14/01; 22/01; 23/01; 26/01; 27/01; 20/02; 06/03; 11/03; 20/03; 27/03; 01/04; 08/04; 17/04; 06/05; 08/05; 09/05; 15/05; 19/05; 26/05; 27/05; 10/06; 17/06; 26/06; 30/06; 08/07; 15/07; 17/07; 11/08; 19/08; 25/08; 02/09; 09/09; 11/09; 18/09; 22/09; 02/10; 06/10; 13/10; 20/10; 03/11; 10/11; 24/11; 02/12; 08/12; 15/12; 16/12; 17/12; 23/12 e 28/12.
- Reuniões com Equipe Funcional: 03/02; 31/03; 07/04; 22/05; 01/06; 03/07; 21/08; 02/10; 30/10; 04/12 e 18/12.
 - GT Avaliação Institucional: 21/08; 11/09;

- GT Qualificação de Conselheiros e equipe funcional: 11/05; 18/05; 27/05; 08/06
- Capacitação e integração de equipe funcional e conselheira, considerando ingresso de nova equipe por meio de concurso público: 10, 11 e 12/06
Orçamento R\$ 47.947,01

2. Eventos, ações e atividades do VIII Plenário:

2.1. II Congresso Catarinense de Psicologia: Ciência e Profissão

Justificativa: Evento, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP-12) em parceria com o Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense (FEPSIC) e o Departamento e o Curso de Psicologia da UFSC, discutiu o



desenvolvimento da tecnologia científica frente às novas demandas sociais, uma vez que essas refletem na formação e na vida das pessoas, no intuito de enriquecer a análise e compreensão das relações entre o contexto social e o sujeito contemporâneo.

O mundo se globalizou, as distâncias se encurtaram e as informações se dissipam e se multiplicam como nunca. Se vive em um tempo de transformações sociais rápidas e radicais. Em um pequeno espaço de tempo vemos instituições, comportamentos e valores desaparecerem e outros surgirem na mesma velocidade. Ao mesmo tempo em que as barreiras se romperam com as novas tecnologias, paralelamente ocorreu um acirramento da individualidade na vida contemporânea.

A Psicologia, inserida científica e profissionalmente neste contexto de mudanças, tem o desafio tanto de problematização e posição frente às situações emergentes da sociedade contemporânea, como de promover o desenvolvimento de tecnologia científica frente a estas novas demandas, uma vez que estas refletem na formação e na vida dos sujeitos. Para tanto, é relevante o diálogo com outros saberes para ampliar e enriquecer a análise e compreensão das relações entre o contexto social e suas idiossincrasias e o sujeito contemporâneo.

Para aprofundar esta reflexão, a programação se baseou em quatro eixos: Sofrimento e Violência; Estado, organização social e Direitos Humanos; Vida moderna, ambiente e sustentabilidade; A vida na era da informação, comunicação e tecnologia. Os desdobramentos

destes temas foram debatidos em espaços como conferências, mesas, mini-cursos, apresentações, oficinas e painéis.

Objetivo: enriquecer e fortalecer o diálogo sobre produção de subjetividade na modernidade, sob o olhar de diferentes disciplinas e saberes, onde a inter e a transdisciplinaridade serão o fio condutor do evento.

Reuniões da Comissão Organizadora (CRP/12, FEPSIC, UFSC): 06/02; 03/03; 13/03; 15/05; 29/05; 03/07; 31/07; 14/08; 21/08; 28/08; 11/09; 02/10; 09/10; 19/10;

Reuniões das Comissões de Comunicação, Cultural e Infraestrutura: 26/06; 16/07; 17/07; 11/09; 25/09; 09/10; 30/10; 05/11; 07/11;

Capacitação de monitores do II Congresso: 04/11

Realização do II Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Profissão “ Sociedade Contemporânea e produção de subjetividade” – de 11 à 13/11

Reunião de avaliação do II Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Profissão “Sociedade Contemporânea e produção de subjetividade”: 27/11

Avaliação dos resultados: O ano de 2015 chega ao seu encerramento deixando o registro de amplas realizações, em especial, o II Congresso Catarinense de Psicologia: Ciência e Profissão. Essa edição que foi o maior congresso de Psicologia do Estado de Santa Catarina possibilitou espaços de interlocução com diversas entidades de ensino, estudantes, profissionais e áreas a fins, a partir do encontro da ciência e da profissão, permitindo uma contribuição significativa na produção dos saberes e fazeres da Psicologia Catarinense.

A construção foi possível devido o engajamento, união e interlocução de três importantes e renomadas instituições da Psicologia Catarinense. A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, por meio do curso e departamento de Psicologia; O Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC; e o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região.

Apresentando o Congresso em números, foram realizadas 1.408 inscrições, abarcando 17 estados brasileiros, principalmente no cenário sul brasileiro. Um total de 456 profissionais e

952 estudantes. Estes participantes inscreveram um total de 490 trabalho, distribuído em 38 grupos de trabalho (GT). Também foram realizadas 5 conferências e 23 mesas redondas, 8 lançamento de livros, além de variadas manifestações artísticas e culturais. Entretanto, esses números não são suficientes para demonstrar a complexidade e a qualidade exposta nos três dias do evento. Um Congresso dinâmico de exposição e discussão de pesquisas e intervenções relacionadas a temas atuais, como: Sofrimento (s) e Violência (s), o Estado sua organização social e Direitos Humanos, a Vida moderna em relação ao ambiente e sustentabilidade e a vida na era da informação, comunicação e tecnologia. Um Congresso marcado pela sua amplitude, composto de quatro eixos e oito processos, abrangendo 32 áreas. Tamanha diversidade, como a Psicologia Catarinense.

Orçamento: Para a realização deste evento foram cobradas inscrições de participação, as mesmas financiaram a realização do evento em R\$ 72.883,49

2.2. Projeto Política de Participação e Colaboração

Justificativa: A Política de Participação e Colaboração é uma ação baseada na gestão democrática e participativa com envolvimento político da categoria na construção da Psicologia. Visa constituir grupos em diferentes regiões do Estado de SC, que se reunirão de forma sistemática, conforme calendário prévio. Suas principais áreas de atuação é o controle social (Conferências, Conselhos, sociedade civil organizada), na política profissional (Associações, formação, gestão e sindicato) e na multiplicação dos debates e ações realizadas (com outros profissionais, instituições e sociedade civil). Promovendo a operacionalização das políticas e ações do Sistema Conselhos de Psicologia sob a coordenação e diretrizes políticas do VIII Plenário.

Objetivos: Constituir grupos em diferentes regiões do estado de SC, que se reunirão de forma sistemática, conforme calendário prévio, para discussão e operacionalização das políticas e

POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO E COLABORAÇÃO

Durante o ano de 2015, estão marcadas reuniões simultâneas em diversas cidades de Santa Catarina.

Acompanhe as datas e veja no site do CRP-12: www.crp12.org.br onde serão realizadas as reuniões da sua região.

Serão rodas de conversa com temas escolhidos pelos participantes.

Participe,
sua colaboração
é valiosa!
Será na sua
região.

CALENÁRIO DE REUNIÕES EM 2015	
Reuniões Regionais	Reuniões de Articuladores em Florianópolis:
29 de abril	20 de março
19 de junho	22 de maio
27 de agosto	17 de julho
23 de outubro	18 de setembro
4 de dezembro	20 de novembro



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crp12.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

ações do Sistema Conselhos de Psicologia sob a coordenação e diretrizes políticas do VIII Plenário; Formar uma rede de interlocuções com a categoria para qualificar política e tecnicamente Psicólogas(os) colaboradoras(es) participantes, ampliando o diálogo sobre as demandas das diferentes áreas de atuação da Psicologia no Estado de SC.

Reuniões:

- Reuniões de Planejamento e qualificação com Articuladores dos Polos Regionais:
12/03; 18/03; 19/03; 20/03; 06/04;
 - Reunião de Articuladores e representantes da APSIC (Associação de Psicólogos de Caçador): 18/04
 - Reunião com Articuladora Claudia de Itajaí: 25/04
- Primeira rodada encontros regionais do Projeto Política de Participação e Colaboração nas cidades de Lages, Chapecó, Orleans, Criciúma, Balneário Camboriú, Itajaí, Joinville, Blumenau, Caçador e Rio do Sul: 29/04
 - Reunião com articuladores regionais da Política de Participação e Colaboração: 22/05; 18/09;
 - Reunião da Política de Participação e Colaboração Polo Joinville objetivando mobilização para criação da Sub-sede Oeste: 10/06
- Segunda rodada encontros regionais do Projeto Política de Participação e Colaboração nas cidades de Florianópolis, Lages, Chapecó, Orleans, Criciúma, Balneário Camboriú, Itajaí, Joinville, Blumenau, Caçador e Rio do Sul: 19/06.
 - Reunião com Articuladores Regionais da Política de Participação e Colaboração: 17/07
- Participação dos Polos da Política de Participação e Colaboração nas comemorações regionais alusivas ao dia do Psicólogo, nas datas abaixo relacionadas:
 - Lages: 26, 27 e 28/08
 - Chapecó: 27/08
 - Orleans: 27/08
 - Criciúma: 27/08

- Balneário Camboriú: 27/08
 - Itajaí: 27/07
 - Joinville: 22/08
 - Blumenau: 27/08
 - Caçador: 24/08 e 27/08
 - Rio do Sul: 27/08
 - Florianópolis: 27/08
- Ação Integrada em Joinville objetivando fortalecimento do Polo da Política de Participação e Articulação e criação da subsede norte: 03/10.
 - Terceira rodada das reuniões dos Polos da Política de Participação e Colaboração, sendo as reuniões foi considerada Eventos Preparatórios para o IX CNP. Foram debatidos os seguintes temas:
 - Lages: Trabalho Psicológico na relação com a justiça, em 23/10.
 - Chapecó: Participação Social, em 23/10.
 - Orleans: Atuação do Profissional Psicólogo no mercado do trabalho, em 26/10.
 - Criciúma: Redução da Maioridade Penal, em 29/10.
 - Balneário Camboriú: Atuação do Psicólogo na Saúde Pública: vivência de quem está atuando nos serviços da região, em 03/11.
 - Caçador: Redução da Maioridade Penal, em 29/10.
 - Florianópolis: Participação Social, em 23/10.
 - Reunião com Reunião com Articuladores Regionais da Política de Participação e Colaboração: 20/11
 - Quarta rodada dos encontros regionais do Projeto Política de Participação e Colaboração nas cidades de Florianópolis, Lages, Criciúma, Itajaí, Joinville, Blumenau, e Rio do Sul: 04/12
 - Reunião da política de participação e colaboração em Chapecó: 02/12
 - Reunião da política de participação e colaboração em Balneário Camboriú: 05/12
 - Reunião da política de participação e colaboração em Caçador: 09/12
 - Reunião da política de participação e colaboração em Orleans: 10/12

Avaliação dos resultados: A Política de Participação e Colaboração é uma ação baseada na gestão democrática e participativa com envolvimento político da categoria na construção da Psicologia. No ano de 2015, quatro rodadas foram realizadas em 11 municípios do Estado de Santa Catarina, bem como, encontros bimestrais com os articuladores regionais que possuem a tarefa de coordenação dos grupos regionais e de fazer a interlocução entre a categoria e o CRP/12. Essa rede de interlocuções com a categoria em várias cidades do Estado, abrangendo as cinco regiões, permitiu qualificar política e tecnicamente Psicólogas(os) colaboradoras(es) participantes, ampliando o diálogo sobre as demandas das diferentes áreas de atuação da Psicologia

Orçamento: R\$ 38.891,74

2.3. Projeto Participação e Controle Social

Justificativa: A Psicologia tem como objeto de estudo o homem e a forma como este constitui sua subjetividade. Importa compreender os processos que auxiliam no estabelecimento daquilo que constitui seu existir, por meio dos espaços sociais que o sujeito ocupa e as relações que estabelece. Entender tais espaços, e a forma como intervém nos mesmos, torna-se importante, pois é a partir da ação que

o sujeito tem sobre a realidade material em que vive que irá delinear sua história e realizar mudanças em si e no ambiente em que vive. Pensando nisso, se o sujeito constitui sua subjetividade a partir do contexto em que está inserido e das relações que estabelece com outros, é possível considerar o sujeito sem considerar a dimensão participativa? Até por que, parafraseando o poeta: “será que todas as formas de participação valem a pena?”. Ao ver da política do CRP-12, a resposta é sim, desde que seja apensada a essa ideia, outra: “a de que toda forma de participação que visem o coletivo em direção à cidadania valem, sim, a pena”. Neste sentido, o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – 12ª Região constitui o



GT Participação e Controle Social para refletir sobre como ocorrem os processos participativos nos espaços de controle social e espaços coletivos que visem à cidadania.

Objetivos: Desenvolver uma política de participação das(os) psicólogas(os) catarinenses em órgãos de controle social e outros espaços coletivos que visem à cidadania.

- Refletir a participação social como um elemento constituinte da subjetividade;
- Fomentar a participação de psicólogos em espaços de controle social e outros espaços coletivos relacionados à cidadania;
- Capacitar os psicólogos para atuação em espaços no controle social e outros espaços coletivos relacionados à cidadania;
- Identificar e divulgar os espaços de controle social em SC e outros espaços coletivos relacionados à cidadania;
- Desenvolver articulação com grupos organizados de psicólogos e outros grupos no Estado.

Método: Para atingir os objetivos propostos, será realizado um mapeamento das(os) psicólogas(os) inscritas(os) no CRP - 12ª Região, a fim de identificar a área de atuação, bem como, a participação em espaços de controle social e espaços coletivos que visem à cidadania. Esse levantamento se desdobrará em três ações: a primeira ação consiste em um Seminário Sobre Participação e Controle Social com vistas a iniciar um diálogo com psicólogas(os) que façam parte de processos participativos. Para esse Seminário, deverão ser identificados, a partir do levantamento por área de atuação, psicólogos com potencia de participação nos espaços coletivos e outros atores do cenário da participação para que, depois do evento, estes sejam articuladores para processos participativos nas regiões do Estado. Na sequência, será elaborada uma Plataforma de Controle Social e Processos Participativos, como um meio de interação entre as(os) psicólogas(os) e cidadãs(os) que tenham relação ou interesse na temática. E, finalmente, serão realizadas Oficinas de Multiplicação, em nível regional, a fim de identificar, compartilhar e fomentar as formas de participação encontradas no Estado, bem como, promover novas formas de inserção nos espaços participativos.

Reuniões de Planejamento: 01/04; 26/06; 14/08; 21/08; 11/09; 18/09; 08/10.

Avaliação dos resultados: Projeto em andamento.



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

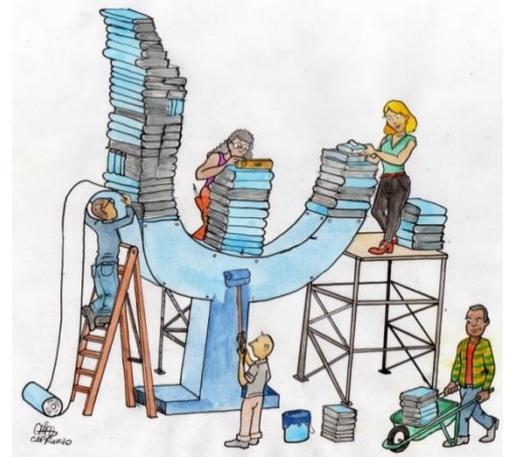
Orçamento: Integrante do orçamento da Comissão de Políticas Públicas R\$ 23.601,92

2.4. GT Psicologia e Ensino

Justificativa: GT constituído para dialogar com a interface entre o ensino da Psicologia e a formação de profissionais nos seus diversos contextos. Abordando questões, éticas, esptemológicas e metodológicas na formação em Psicologia.

Objetivos: Articular Psicologia, Ensino e Formação.

Reuniões: 20/02; 21/02; 11/04; 24/04; 20/06;



2.4.1. II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia: No dia 16/05/2015, juntamente com a ABEP/SC, o CRP-12 realizou o II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia, na FURB, em Blumenau.

Justificativa: Durante a realização do I Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia, percebeu-se a necessidade de um espaço de esclarecimento de questões pertinentes à formação da futura psicóloga, trazendo vivências positivas na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais em Psicologia. Dessa forma, o II Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia busca dar continuidade ao avanço no diálogo da ABEP/SC e do CRP/12 com as Instituições de Ensino – IES, este evento foi organizado a fim de se tornar um espaço permanente de compartilhamento de experiências, de trocas, proporcionando às pessoas diretamente ligadas à formação em Psicologia a discussão de assuntos que inquietam suas realidades. A definição desse evento como um dos espaços permanentes de diálogo, tendo sempre em mente a interface formação-profissão, baseados nos princípios do desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão e na corresponsabilidade pela construção da Psicologia em Santa Catarina.

Objetivos: Identificar as dificuldades ainda enfrentadas pelas IES no Estado de Santa Catarina na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como compreender e

problematizar questões pertinentes ao processo de formação da futura psicóloga e elementos que subsidiem futuras intervenções por parte da ABEP e do CRP juntos às IES.

Orçamento: R\$ 15.031,83

2.5. I Seminário Licenciatura em Psicologia: Perspectivas de atuação



Justificativa: A licenciatura em Psicologia constituiu-se numa importante habilitação do psicólogo. Ainda assim, há pouca valorização dessa habilitação pelos estudantes, professores e profissionais da Psicologia, o que fica evidenciado inclusive na ausência desta habilitação em grande parte dos cursos de Psicologia. A habilitação em Licenciatura deve estar presente ao longo da formação do psicólogo, tendo sua especificidade garantida após a integralização da formação em Psicologia. Essa formação envolve questões relacionadas à atuação no âmbito da Educação e da atuação pedagógica, não podendo estar desvinculada da formação integral do psicólogo. São muitos os desafios para a implementação da Habilitação em Licenciatura no contexto de um Curso de Graduação em Psicologia. É a partir desses desafios e compreendendo a importância da atuação do psicólogo licenciado e da ampliação dessa atuação, que o Curso de Psicologia da UFSC, em parceria com o Programa de Pós-Graduação

em Psicologia da UFSC, o CRP-12 e a ABEP-SC propõem o I Seminário de Licenciatura Em Psicologia – Perspectivas De Atuação.

Objetivo: Difundir a Licenciatura em Psicologia como uma perspectiva de atuação do psicólogo, apontando os desafios para essa habilitação e as possibilidades de atuação nesse campo.

Orçamento: Mão de obra do Conselho

2.6. Mobilização dia 27 de agosto: Dia do Psicólogo

Justificativa: Já é tradição das entidades da Psicologia Catarinense a realização de atividades comemorativas do dia do Psicólogo. Esta mobilização tem se ampliado ano a ano e incluindo a participação de psicólogos e estudantes em todo o Estado.

Objetivos: O objetivo maior é a divulgação junto à comunidade da diversidade da Psicologia em suas áreas de atuação e intervenção desenvolvidas ao longo de seus 53 anos de existência como profissão.

Data das Reuniões: Para planejamento da ação foram realizadas reuniões nos dias: 26/06; 17/07; 18/08/2015. Também ocorreu uma reunião com representantes de entidades e psicólogos para apresentação teatral contra a redução da maioria penal nos dias 22/07 e 31/07. Bem como reunião de articulação para as ações do dia do Psicólogo Joinville, em: 08/08; 22/08.

Avaliação dos Resultados: Mês de agosto foi de grande destaque para os psicólogos catarinenses. Diversas universidades, entidades e profissionais da Psicologia se mobilizaram em todo o Estado para confraternizar e promover atividades culturais em comemoração ao Dia do Psicólogo, celebrado no dia 27 de agosto. A cada ano se torna maior a mobilização em torno da data, com programações que acabam ocorrendo no decorrer de todo o mês de agosto. No dia 27, o CRP-12 e o FEPSIC incentivaram a articulação nas ruas, reunindo estudantes e psicólogos em praças públicas para conversar com a sociedade e apresentar seus diferentes

fazer e seu compromisso social. Foram 60 diferentes entidades da Psicologia mobilizadas, em 23 municípios catarinenses.

Uma das atrações do dia do Psicólogo foi o espetáculo **Psicose 4h48**. Uma produção teatral de grande sucesso da Marcos Damaceno Companhia de Teatro, de Curitiba. A peça provocou debates sobre assuntos emblemáticos envolvendo a saúde mental, medicalização da vida e a prática clínica. A peça foi realizada em: Joinville: 12/08; Blumenau: 13/08; Chapecó: 19/08; Lages: 20/08; Criciúma: 25/08; e Florianópolis: 26/08. O espetáculo expôs a alienação causada por remédios como um fluxo de consciência, ou de inconsciência, falando sobre memórias e alucinações. Em todas as apresentações o público participou de rodas de conversas com os atores e representantes do VIII Plenário do CRP-12 para aprofundar o tema.

Ações artísticas e culturais: Além de mobilizar profissionais e estudantes para apresentar à sociedade os fazeres da Psicologia, a comemoração do Dia do Psicólogo também foi motivo para incentivar manifestações culturais e se referir a debates importantes, como a questão da redução da maioria penal e os povos indígenas. Em praças, calçadas e campus universitários foram realizadas apresentações artísticas, esportivas e diversas dinâmicas. Três etnias indígenas presentes em Santa Catarina participaram das comemorações em Florianópolis, Rio do Sul e Chapecó. Essa participação objetivou a visibilidade ao fazer da/o psicóloga/o na saúde indígena. Garantir aos povos tradicionais um serviço que considere sua cultura e realidade é um direito inviolável. Os profissionais receberam como lembrança a Bolsa Articulação da Psicologia, que mostra a identidade visual do CRP-12.

Orçamento: R\$ 82.728,38

2.7. União Latino-Americana de Psicologia - ULAPSI - Representação do Brasil no Conselho Deliberativo.

Justificativa: Está previsto no Eixo 1 do Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2015, em seus objetivos e metas a relevância da categoria vislumbrar uma Psicologia latino-

americana, que aborde as características sociais e de vida de nosso continente. No referido planejamento também constata que a Ulapsi não compõe o cotidiano dos psicólogos e seus temas e discussões são pouco conhecidas pela categoria, explicitando a necessidade de investir neste projeto, pois a Psicologia pauta seu trabalho, além dos preceitos técnicos, éticos e científicos, na especificidade do contexto social que está inserida.

Em agosto de 2014 foi realizada uma reunião das entidades brasileiras filiadas a Ulapsi (via telefone) onde se constatou a omissão do CFP (Gestão 2013 – 2016) no cumprimento de representar a todas as entidades filiadas à Ulapsi junto ao Conselho Deliberativo no ano de 2013/14, acordando-se na referida reunião a alteração da representação do Brasil, visto que a representação atual deixou um vazio quanto à participação brasileira nas decisões e deliberações do Conselho Executivo e Deliberativo. O CRP/12, entidade filiada a Ulapsi foi indicado pelos representantes das entidades brasileiras como a entidade com a vaga titular nesta representação no ano de 2014.

Tendo como referência os objetivos estratégicos, citados no Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2016 fica evidente a importância desta representação para as entidades filiadas à Ulapsi.

Objetivos: Representar o Brasil no Conselho Deliberativo da Ulapsi de forma ética; Contribuir com a organização das entidades brasileiras nas atividades propostas pela Ulapsi; Participar das atividades e discussões da Ulapsi de maneira sistemática junto aos representantes dos outros países da América Latina; Comunicar os debates e atividades propostas pelo Conselho Deliberativo e Executivo da Ulapsi e articular a participação das entidades brasileiras nas referidas atividades e discussões; Contribuir com o projeto de discussão de uma Psicologia latino-americana; - Comunicar ao VIII Plenário do CRP/12 as ações e atividades que envolvem esta representação.

Reuniões telefônicas: 11/08; 18/08; 09/12 e 17/12

Reunião presencial e de transição: CRP/12 assume a representação das entidades brasileiras na ULAPSI em Lima, Peru: de 21 à 23/09.

Resultados: Desde a assunção da representação foram realizadas três reuniões do Conselho Deliberativo, convocadas pelo Conselho Executivo da Ulapsi, uma reunião presencial realizada na cidade de Lima/Peru (setembro de 2014) e as outras duas realizadas via Skype no mês de dezembro de 2014. Nas referidas reuniões são realizadas a discussão, organização e deliberação acerca de atividades e eventos referentes aos temas caros a Ulapsi.

Em relação as atividades realizadas com as entidades brasileiras, desde que o CRP/12 assumiu a representação do Brasil na Ulapsi foram realizadas duas reuniões telefônicas e enviados quatro ofícios para as entidades brasileiras, que tiveram como objetivo o informe das definições do Conselho Deliberativo da Ulapsi e a organização das entidades brasileiras para participação no Congresso que se realizará em junho de 2016, em Buenos Aires/Argentina. As reuniões telefônicas contam com número significativo de representantes de entidades, que mostram-se envolvidos em realizar os preparativos de mesas e atividades para o referido congresso.

Para ampliar a possibilidade de comunicação entre as entidades brasileiras foi criado um grupo de e-mail (e-group ?) e foi enviado para as entidades o contato de todas as entidades filiadas a Ulapsi na América Latina, com o objetivo de potencializar a composição de mesas e propostas de atividades para o congresso, ampliando a proficuidade das discussões propostas no evento, tendo as entidades brasileiras como protagonistas nesse processo.

As ações do CRP/12 (representante do Brasil) nas atividades do Conselho Deliberativo da Ulapsi se mostram relevantes, visto que sua representante participa de uma comissão que está organizando as atividades dos Grupos de Trabalho (GTs) no congresso da Ulapsi em 2016 e redigiu um texto, solicitado pelos outros conselheiros dos países da América Latina, que tem como objetivo esclarecer sobre os processos de trabalho enquanto um crivo na organização das apresentações de trabalho no referido congresso.

A articulação das entidades brasileiras e sua participação nas atividades da Ulapsi retomou sua trajetória exitosa, além de manter o protagonismo do CRP/12 na articulação das entidades brasileiras na Ulapsi de modo amplo. Neste sentido, a representação aqui relatada alcançou os objetivos propostos, visto o processo de mobilização desencadeado com a atual representação do Brasil na Ulapsi.

Orçamento: R\$ 5.998,18

3. Participação em Cerimônias de Colação de grau em cursos de Psicologia.

- 3.1. UNOESC Pinhalzinho: 31/01
- 3.2. UNIPLAC Lages: 07/02
- 3.3. UNIVALLE Joinville: 15/03
- 3.4. AVANTIS Balneário Camboriú: 21/03
- 3.5. SOCIESC Blumenau: 28/03
- 3.6. UNIBAVE Orleans: 10/04
- 3.7. FURB Blumenau: 24/07
- 3.8. ESUCRI Criciúma: 25/07
- 3.9. CESUSC Florianópolis: 15/08
- 3.10. UNOESC Chapecó: 29/08
- 3.11. ESUCRI Criciúma: 19/12

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de orientação e Fiscalização R\$ 46.272,81

4. Comissão de Licitação

- 4.1. Reuniões da Comissão: 31/08
- 4.2. Processos licitatórios e Pregões:
 - 4.2.1. Licitação para contratação de serviços de Hotelaria: 29/01
 - 4.2.2. Licitação para Serviços Gráficos para impressão da revista do CRP/12: 09/04
 - 4.2.3. Licitação para contratação de telefonia móvel: 30/04
 - 4.2.4. Pregão Presencial 04/2015 para aquisição de sacolas para dia do Psicólogo: 23/07

4.2.5. Pregão Presencial 005/2015 para terceirização de serviços de limpeza:

06/08

4.2.6. Pregão Presencial 06/2015 para aquisição de arquivo deslizante: 07/12.

Orçamento: Mão de obra da equipe

5. Comissão de Orientação e Fiscalização – COF

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO: A Comissão de Orientação e Fiscalização exerce uma das atividades precípuas do Conselho Regional de Psicologia, deste modo, foca-se neste ponto as ações mais amplas da Comissão que justificam-se pelas atribuições indicadas no Manual Unificado de Orientação e Fiscalização, Resolução CFP N°019/2000 e pela Consolidação das Resoluções, Resolução CFP N° 003/2007.

Sobre essa ação, destaca-se o cumprimento dos seguintes pontos do Planejamento de Gestão (2013-2016): 1) Otimização do trabalho da COF; 2) Pensar uma política de formação e qualificação funcional permanente – via programa de qualidade (foco nos serviços de atendimento).

Metas estabelecidas, atividades realizadas e resultados alcançados:

5.1. Efetividade na condução das ações da Comissão através da contratação de 02 psicólogos agentes fiscais (um para a sede e outro para o Escritório Setorial), através de concurso público, atendendo as necessidades e demandas da COF;

Resultado: **meta alcançada** com efetividade, possibilitando alcance maior da demanda de orientação e fiscalização, principalmente na região do oeste catarinense. Houve a contratação de 02 psicólogas assistentes técnicas, em junho de 2015, por meio de concurso público, sendo uma lotada na Sede e outra no

Escritório Regional de Chapecó. Para o ano de 2016 foi planejada inserção de mais uma psicóloga nesta função para a Subsede Norte.

Custos envolvidos: Promoção de Concurso Público e efetivação das psicólogas envolvidas.

5.2. Capacitação aos Técnicos e Conselheiros do CRP-12, a partir dos dados levantados pelas assistentes técnicas do Conselhos, quanto as demandas e atuação;

Resultado: **meta alcançada** dentro das possibilidades contextuais da Autarquia, sendo promovida no planejamento das ações realizadas e por meio de atividades específicas como:

- Nos dias 10,11 e 12 de junho de 2015 foi promovida a Capacitação para os funcionários que passaram a integrar o quadro da casa por meio de concurso público em 10/06/2016. Esta Comissão participou das etapas responsáveis por apresentar as normas organizacionais do CRP-12, bem como, dos princípios e normas que regulamentam a profissão. Este trabalho provocou qualificação, integração e resultou em material de áudio e vídeo utilizado na qualificação de trabalhadores que passaram a integrar a equipe posteriormente. Está planejado, pelos organizadores desta capacitação, que este material será transcrito e servirá de base para que os protagonistas das falas façam textos para registro e capacitação da equipe mais aprofundada.

Custo: Despesas com ajuda de custo dos membros da Comissão.

- Foi realizado trabalho sistemático de supervisão e treinamento das Psicólogas Assistentes Técnicas Michele G. Machado e Letícia Just Guerra, envolvendo:
 - treinamento com as ferramentas de trabalho disponíveis (planilhas, bancos de dados, material de pesquisa interno, modelos de ofícios, memorandos, termos de fiscalização e sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas);

- aprofundamento dos temas mais recorrentes aos processos de orientação e
- fiscalizações presenciais assistidas pelas Agentes Fiscais:
 - Vânia Maria Machado e Lucila de Castro Neves na Grande Florianópolis entre 15 e 16/07 com as Psicólogas Assistentes Técnicas Michele G. Machado e Letícia Just Guerra,
 - Lucila com a Psicóloga Assistente Técnica Michele no Oeste Catarinense entre 10 e 13/08 e
 - Vânia Maria com a Psicóloga Assistente Técnica Letícia no Norte Catarinense entre 17 e 18/08

Custo: Deslocamento, hospedagem e ressarcimento de despesas com a vinda da Psicóloga Assistente Técnica Michele à sede do CRP-12 entre 15, 16 e 17/07. Deslocamento, hospedagem e ressarcimento de despesas com a Agente Fiscal Lucila e a Psicóloga Assistente Técnica Michele em viagem de fiscalização realizada entre 10 e 13/08 aos municípios: Maravilha, Cunha Porã, São Lourenço do Oeste e Chapecó. Deslocamento, hospedagem e ressarcimento de despesas com a Agente Fiscal Vânia Maria e a Psicóloga Assistente Técnica Letícia em viagem de fiscalização realizada entre 17 e 18/08 aos municípios: Porto Belo, Bal. Piçarras, Blumenau e Timbó.

- Durante todo o ano foi desenvolvido o projeto de “Oficinas de Orientação e Ética”, parceria entre COF e COE que qualificou as(os) conselheiras(os) desta gestão para promovê-las desempenhando importante papel reflexivo sobre a ética profissional do psicólogo que atingiu 1.071 participantes, entre psicólogos e acadêmicos de psicologia, em 8 eventos demandados por Instituições de Ensino Superior e grupos organizados de psicólogos.

Custo: Despesas com deslocamento e hospedagem dos conselheiros envolvidos.

- Durante todo o ano a Comissão se organizou para qualificar a equipe técnica e a si própria para planejar e executar o “Projeto de Ação de fiscalização e esclarecimento sobre as condições mínimas para o exercício da profissão focando-se, nesse momento, no contexto do Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Assistência Social”,

melhor descrito no item relativo à Ação V. Neste sentido, documentou-se o histórico de ações deste Conselho com o mesmo foco e foram realizadas reuniões específicas para a definição metodológica e o aprofundamento da temática. Além das reuniões costumeiras da Comissão nos dias 13/03/15, 17/07/15 e 02/10/15 foram feitas qualificações com a participação dos eixos de Assistência Social e de Saúde da Comissão de Políticas Públicas promovendo qualificação sobre as condições do ambiente de trabalho necessário aos psicólogos lotados neste contexto. No dia 08/10 a equipe técnica do CRP-12 se organizou para o aprofundamento a respeito desta temática junto com a Comissão.

Custo: Nos dias 13/03, 17/07, 02/10 e 08/10 despesas com ajuda de custo dos Conselheiros(as) Anderson Luis Schuck, Juliana Medeiros e Ana Maria Pereira Lopes, bem como, o deslocamento, hospedagem e ressarcimento de despesas da Psicóloga Assistente Técnica Michele G. Machado. No dia 17/07 despesas com diárias, deslocamento e hospedagem das Conselheiras Maribel Batista Sebastião, Inea Giovana Da Silva Arioli e Joice Danuso Justo.

- No dia 24/04, em reunião com integrantes da COE e COF, ficou definida a produção de um artigo para a revista do CRP-12 e a produção e um vídeo para tratar de elaboração de documentos psicológicos e das fragilidades encontradas em documentos que passaram pela análise da Comissão de Ética. Em 21/08/2015 houve nova reunião entre as Comissões, com a participação das técnicas que as assessoram, quando foram apresentados os principais aspectos identificados nos trabalhos realizados pela orientação, fiscalização e apuração de infrações éticas relacionadas com a elaboração de documentos psicológicos e processos de avaliação psicológica.

Custo: Despesas com ajuda de custo dos Conselheiros(as) Anderson Luis Schuck, Juliana Medeiros e Ana Maria Pereira Lopes, no dia 24/04. A psicóloga Assistente Técnica Michele G. Machado participou a distância.

- No dia 20/08 a Psicóloga Assistente Técnica Letícia Just Guerra com o objetivo de se aprofundar nas temáticas relativas à Psicologia Organizacional e do Trabalho participou de parte do 4º Módulo de Formação Continuada de 2015 – Perícias,

segurança e saúde ocupacional promovido pela escola Judicial do tribunal Regional do Trabalho e de reunião do Fórum Estadual de Saúde do Trabalhador – FSST, realizada no dia 19/11.

Custo: Deslocamento entre a sede e do Ministério Público de Santa Catarina e

- Entre 11,12 e 13/11 o CRP-12 participou da organização e execução do II Congresso Ciência e Profissão e a Comissão de Orientação e Fiscalização dispensou as 4 psicólogas do quadro vinculadas à função para que pudessem participar do evento, o que possibilitou aprimoramento técnico necessário.

Custo: Deslocamento, hospedagem e ressarcimento de despesas para a vinda da Psicóloga Assistente Técnica Michele G. Machado entre 11 e 13/11.

5.3. Discussão a ser realizada por psicólogos de referência nacional na temática de Legislações que regulamentam a profissão e princípios que fundamentam a profissão;

Resultado: meta parcialmente alcançada. Vide relato da Ação II.

Custo: Vide Relato da Ação II.

5.4. Acompanhamento e proposição de discussões quanto às legislações voltadas ao exercício profissional;

Resultado: meta alcançada.

- Participação do Conselheiro Presidente da COF, Anderson Luis Schuck e da Agente Fiscal Lucila de Castro Neves no Encontro Nacional de COFs, em 20 e 21/03/2015 na sede do Conselho Federal de Psicologia.
- Participação no GT Nacional de Reformulação das Políticas de Orientação e Fiscalização à distância (por Skype) do Conselheiro Anderson Luis Schuck e da Coordenadora Técnica Lucila de Castro Neves, em 19/11. Esta reunião foi prejudicada em razão da baixa qualidade da transmissão de áudio e vídeo.

- Participação em GT Regional Mediação e Conciliação, que visou acompanhar o debate nacional sobre a possibilidade de adotar estes procedimentos na apuração de infrações éticas: Participação do Conselheiro Anderson Luis Schuck e da Agente Fiscal Lucila de Castro Neves em reuniões do Gt Nacional de Mediação/Conciliação, respectivamente em 14/11 (por Skype) e 04/03 (presencialmente). Visita do GT a Câmara de Mediação da OAB-RJ, em 15/05. Este tema também foi debatido em reunião plenária ordinária de 21/11 e em reunião de 04/12 entre o Conselheiro Anderson Luis Schuck, a Coordenadora Técnica Lucila, a Presidente Jaira Terezinha Rodrigues e a Assistente Técnica Flávia Elisa Haut para a construção do posicionamento do CRP-12 a respeito desta mudança procedimental para o Gt Nacional que enviou esta pauta para a APAF de dezembro de 2015.
- A Comissão encaminhou sugestões de pauta para as APAFs de abril e dezembro de 2015.

Custo: Deslocamento, diária e hospedagem do Conselheiro Anderson em viagem à Brasília nos dias 20 e 21/03. Deslocamento, diária e hospedagem da Coordenadora Técnica e Agente Fiscal Lucila de Castro Neves em viagens à Brasília nos dias 04, 20 e 21/03.

5.5. Constante atendimento com resposta às demandas de Orientação sobre a prática profissional oriundas dos profissionais. Efetivação das visitas de fiscalização dos serviços;

Resultado:

- ✓ Realizadas 72 visitas, incluindo diligências, inspeções e fiscalizações de rotina com a realização de deslocamentos próximos às regiões da Sede e do Escritório Regional e de 10 viagens. ANEXO I representa o número de visitas realizadas e as cidades atingidas.
- ✓ Respondidos 557 e-mails pelas psicólogas assistentes técnicas/agentes fiscais e 62 sob a assinatura da Comissão diretamente.
- ✓ Atendidos 249 psicólogos(as) por telefone e pessoalmente.

Custos: Deslocamentos intramunicipais e intermunicipais das Psicólogas que integram a equipe técnica de orientação e fiscalização cujas solicitações de suprimento de fundos e as resultantes prestações de conta foram submetidas a apreciação da Gerência Geral do CRP-12. Vide as solicitações de suprimento de fundos de 2015 nº 007, 012, 019, 021, 022, 023, 025, 027 e 029.

Ajuda de custo ao Conselheiro Anderson Luis Schuck e das Conselheiras Ana Maria Pereira Lopes e Juliana Medeiros nas reuniões realizadas em: 09/01; 14/01; 15/01; 26/01; 27/01; 06/02; 09/02; 13/02; 18/02; 20/02; 25/02; 04/03; 06/03; 11/03; 13/03; 17/03; 26/03; 27/03; 30/03; 10/04; 08/05; 19/05; 22/05; 26/05; 29/05; 03/06; 05/06; 17/06; 19/06; 26/06; 03/07; 03/07; 08/07; 10/07; 17/07; 29/07; 31/07; 04/08; 05/08; 14/08; 21/08; 28/08; 04/09; 09/09; 10/09; 17/09; 25/09; 08/10; 23/10; 23/10; 30/10; 05/11; 06/11; 27/11; 04/12; 08/12 e 11/12.

5.6. Estabelecer cronograma de ações e redefinir a distribuição de tarefas entre fiscais (cadastramento de sites, visitas de fiscalização, inscrição de PJ, atendimento a demanda espontânea, relação com os Conselheiros);

Resultado: Houve constante preocupação com a melhoria da organização da distribuição das atividades realizadas pelas psicólogas da COF, aprimoramento da comunicação à distância em decorrência do trabalho com a psicóloga assistente técnica em Chapecó e inclusão da Coordenação Técnica na organização das viagens de fiscalização e dos trabalhos cotidianos sob a orientação da Comissão. O setor técnico, na sede do CRP-12, recebeu uma televisão para possibilitar a comunicação com a técnica de Chapecó, também foram disponibilizados 2 telefones celulares com o mesmo propósito.

Custo: aquisição de 2 aparelhos telefônicos móveis e instalação da televisão no setor técnico.

5.7. Redefinição da estrutura das reuniões da COF e articulação com assistentes técnicas durante as reuniões.

Resultado: Houve constante reflexão sobre esta temática e concluiu-se que os pontos de pauta serão focados para a tomada de diretrizes gerais e consentimento de ações com implicações externas, inter-setoriais ou de representação ética ou ordinária. A Comissão será secretariada apenas pela Coordenação Técnica para o acompanhamento geral dos trabalhos e agilidade dos processos de trabalho. Haverá ponto de pauta semanal para o debate temático e aprofundado que possa servir a sintonia da equipe.

Orçamento: R\$ 46.272,81

ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

Ação II – Orientações Coletivas

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

As orientações coletivas como o próprio nome diz ocorrem com o objetivo de orientar sobre assuntos referentes à atuação dos profissionais de Psicologia em uma dada área profissional, sendo que a partir delas podem ser perspectivadas novas ações conjuntas. Quase sempre, tais orientações dizem respeito a novos campos de atuação. Exemplo disso foram as solicitações recebidas pelos psicólogos e assistentes sociais que atuam junto a política de assistência social, estas se deram de modo bastante destacado em situações que extrapolam as atribuições profissionais destes.

Outro aspecto referente as orientações coletivas referem-se a construção de diretrizes e Notas orientativas como forma de diálogo com espaços e perspectiva de atuação dos psicólogos.

Sobre essa ação, destaca-se o cumprimento dos seguintes pontos do Planejamento de Gestão (2013-2016): 1) Orientação conjunta aos psicólogos sobre atuação profissional; 2) Realizar discussão sobre a atuação dos profissionais no SUAS/SUS e a interface com a justiça; 3) Desenvolver nota técnica sobre a relação da psicologia com as práticas religiosas.

METAS ESTABELECIDAS, ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS:

5.8. Ampliação de espaços para orientação coletiva e qualificação do exercício profissional e Discussão sobre prática profissional em diferentes contextos

Resultado: Durante o ano, foram levantados e debatidos internamente temas recorrentes ao trabalho da Comissão, tais como: avaliação psicológica nos contextos do trânsito, do porte e manuseio de arma de fogo, da educação, da aviação, das normas regulamentadoras do trabalho em condições peculiares (altura e espaços confinados) e da relação com a Justiça; condições mínimas para os serviços de psicologia das Instituições de Ensino Superior de Santa Catarina; inserção da Psicologia no atendimento de usuários de álcool e drogas; identidade profissional na psicologia Organizacional e do Trabalho; responsabilidade técnica perante o CRP-12; habilitação profissional; cancelamento de pessoas físicas e condições mínimas do ambiente físico destinado ao atendimento psicológico, com ênfase nos contextos clínicos e em avaliação psicológica.

- Evento Avaliação Psicológica: **meta parcialmente alcançada:** Com base nos registros a respeito das áreas da avaliação psicológica optou-se pela realização de evento no ano de 2016 que também será subsidiado pelas reflexões advindas dos levantamentos e debates realizados a respeito das condições mínimas do ambiente físico destinado ao atendimento psicológico, com ênfase nos contextos clínicos e em avaliação psicológica. Destaca-se que a Comissão revisou junto ao Plenário do CRP-12 o encaminhamento da construção de Nota Técnica a respeito desta última temática (condições mínimas para o ambiente) ao ponderar que o estudo aprofundado da temática nas reuniões da Comissão, na reunião plenária de 21/11, bem como o debate que será promovido no evento a ser realizado conduzirá a emissão desta Nota no ano de 2016 de modo mais assertivo.
- Porte de Arma: **meta parcialmente alcançada:** No contexto da avaliação psicológica aos candidatos ao porte e manuseio de arma de fogo foi feita pesquisa online, entre 15/09 e 06/10, aos 30 psicólogos credenciados junto a Polícia Federal de Santa

Catarina, resultando em dados qualitativos que embasarão evento a ser promovido em 2016 sobre avaliação psicológica.

- Educação: **meta alcançada:** Os dados relativos a avaliação psicológica no contexto da Educação foram remetidos ao Eixo de Psicologia e Educação para potencialização das ações desenvolvidas.
- Cancelamento de PJ: **meta alcançada:** O levantamento realizado junto aos processos de cancelamento de pessoas físicas permitiu a revisão do processo de análise destes processos e envolveu a orientação de 36 psicólogos que haviam solicitado pelo cancelamento de suas inscrições profissionais, promovendo a reflexão sobre a identidade profissional do psicólogo o requisito legal da inscrição junto ao CRP-12, esta orientação ocorreu em 20/05 e dentre os psicólogos envolvidos 6 permaneceram ativos e 30 optaram por desativar sua habilitação profissional enviando termo de esclarecimento datado e assinado. Em 26/05 o CRP-12 passou a adotar novo formulário que anexados do termo acima descrito certificam que os profissionais demandantes estão cientes das implicações do deferimento de seus pedidos de cancelamento. Foi planejado para o ano de 2016 as ações neste sentido. Outro resultado obtido com este levantamento foi o envio ao Gt Psicologia Organizacional e do Trabalho, possibilitando que estas reflexões permeassem suas ações.
- Psicologia Organizacional e do Trabalho: **meta alcançada:** A coleta de informações sobre a avaliação psicológica no contexto das normas regulamentadoras do trabalho em condições peculiares (altura e espaços confinados) colaborou para a qualificação da Reunião, 06/11, Polo da Política de Participação e Colaboração em Itajaí cujo temático como evento preparatório tratava da avaliação dos riscos psicos-sociais previstos nas NRs 33 e 35. Neste evento, a Coordenadora Técnica Lucila de Castro Neves representou a Comissão e auxiliou no debate realizado.
- Cartilha Transborde da Justiça: **meta alcançada:** A Comissão submeteu e foi aprovada, em Reunião Plenária Ordinária de 28/02, a publicação eletrônica e impressa do Caderno Temático I – Orientações sobre o Trabalho no SUAS quanto ao Transborde da Justiça, importante instrumento a respeito das implicações que as

peculiaridades do trabalho do psicólogo nos diferentes contextos onde atua, principalmente na política de Assistência Social, remetem a colaboração com o Sistema de Justiça.

- Roda de Conversa AMPLASC: Orientação Coletiva em Campos Novos: Evento realizado em 07/08 por demanda espontânea, com a participação do Conselheiro Luis Schuck e da Presidente Jaira Terezinha Rodrigues.
- Política de Álcool e Drogas: **meta parcialmente alcançada:** As informações advindas de levantamentos e reflexões em reuniões da Comissão sobre a atuação do psicólogo no contexto do atendimento a usuários de álcool e drogas, em especial em Comunidades Terapêuticas, possibilitaram o debate reflexivo junto a Plenária Ordinária de 15/08 que deliberou pelo tensionamento para determinação de um posicionamento do Sistema Conselhos sobre a regulamentação das CT e posicionamento sobre a inscrição de pessoas Jurídicas nesta temática, indicou a Manifestação na Conferência Nacional de Saúde, determinou a criação de mecanismos de diálogo com os profissionais inseridos neste contexto a partir de aspectos éticos e científicos e referendou a decisão da Comissão por reformular os instrumentos de fiscalização nesta temática. Os encaminhamentos resultaram em procedimentos mais aprimorados na orientação e fiscalização desta área e o planejamento de evento temático realizado em 2016.
- Notas públicas sobre o exercício profissional: 1) Publicação em 29/06/15: Nota de esclarecimento sobre teste rápido para diagnóstico de HIV; 2) Publicação em 03/08/15: Nota de posicionamento do Sistema de avaliação de testes psicólogos a respeito da validade do teste WISC III; 3) Publicação em 17/12/2015: Nota de Alerta sobre as práticas associadas à psicologia, sem sustentação científica e lógica dialógica com o usuário.

Custo: envio de 36 correspondências registradas aos psicólogos que em 20/05 estavam em processo de cancelamento de suas inscrições profissionais junto ao CRP-12. O deslocamento da Coordenadora Técnica até o Campus da Univali, em Itajaí, onde ocorreu, em 06/11, a reunião do Polo da Política de Participação e Colaboração. Deslocamento entre

Florianópolis e Campos Novos, no dia 07/08, hospedagem e diária do Conselheiro Luis Schuck e da Presidente Jaira Terezinha Rodrigues.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Orientação e Fiscalização R\$ 46.272,81

ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

Ação III – Orientação sobre as implicações da responsabilidade técnica para pessoa jurídica inscrita junto ao CRP-12

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

A Responsabilidade Técnica assumida por profissional indicado das pessoas jurídicas junto aos Conselhos Regionais de Psicologia é estabelecida pela Resolução CFP nº 003/2007, que é regulamentada administrativamente na jurisdição de Santa Catarina pela Resolução CRP-12/001/2008.

Identifica-se que a Vigilância Sanitária Estadual tem adotado requer o Certificado de inscrição da pessoa jurídica para Comunidades Terapêutica e Associações de Pais e Amigos quando estas Entidades estabelecem parcerias ou financiamentos públicos.

No entanto, em face da inexistência de norma que exija esta inscrição de Entidades cujas finalidades não sejam essencialmente a Psicologia e confusão, por vezes percebida em contatos com a fiscalização da Vigilância Sanitária e com a sociedade em geral, com o conceito de anotação de responsabilidade técnica adotado por outros Conselhos de Classe, como o CREA e o CRF, percebe-se a necessidade de promover o esclarecimento geral a respeito desta temática.

No tocante a inscrição de pessoas jurídicas caracterizadas como Comunidades Terapêuticas e Centros de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas exige-se, do trabalho de inspeção um aprimoramento específico considerando a relação, estabelecida nas sociedades modernas, do uso destas substâncias com processos de exclusão e heteronomia implicando em demandas éticas peculiares aos psicólogos inseridos neste contexto. Acrescenta-se ainda que no caso das

Comunidades Terapêuticas, há uma maior dedicação desta Comissão, tendo em vista esses espaços serem constituídos sem o acompanhamento do controle social, tal como é possível os CAPS III AD.

Sobre essa ação, destaca-se o cumprimento dos seguintes pontos do Planejamento de Gestão (2013-2016): 1) Desenvolver sistemática de fiscalização junto aos CAPS AD III, no sentido do exercício profissional do psicólogo e preservação de direito; 2) Desenvolver sistemática de fiscalização às comunidades terapêuticas

METAS ESTABELECIDAS, ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS:

5.9. I. Criar espaço para discussão sobre implicações éticas e técnicas do RT em diferentes tipos de PJ;

Resultado: meta parcialmente alcançada.

Em todas as visitas de inspeção realizadas objetivou-se esclarecer dúvidas a respeito da inscrição de pessoas jurídicas junto ao CRP-12. Nos contatos realizados com representantes de Comunidades Terapêuticas o mesmo esclarecimento foi promovido e esta temática foi alcançada em evento planejado para 2016, tal como descrito no item II desta Ação..

Em 27/01 a COF encaminhou aos Eixos de Saúde e de Assistência Social a sugere-se a criação de um Grupo de Trabalho envolvendo representantes dos eixos Educação e Saúde para desenvolver atividades junto aos psicólogos que integram as equipes de pessoas jurídicas inscritas cuja finalidade é o tratamento, a reabilitação e a integração de pessoas com necessidades especiais. Esta solicitação foi realizada sob a ótica da inspeção a estes contextos que remetem a uma atuação específica da psicologia, vinculando o contexto da saúde e da educação, bem como implicam a uma responsabilidade associada a convênios e financiamentos públicos e privados.

Em 18/02 a Comissão sugeriu alteração da Ficha de Inscrição de Pessoa Jurídica com o intuito de incluir item que demandasse pelo Projeto Terapêutico da entidade e assim possibilitasse a agilidade do processo de análise documental.

Em 28/02 a COF encaminhou sugestão de debate pelo Eixo Psicologia e Ensino de debates sobre material privativo sob a guarda dos Serviços de Psicologia das Instituições de Ensino Superior, uma vez que diante da responsabilidade assumida pelos psicólogos responsáveis técnicos nestas Instituições verifica-se a necessidade de ampliar a reflexão da comunidade acadêmica sobre a temática, permitindo que os documentos sigilosos sejam arquivados de modo seguro e que os psicólogos em formação se qualifiquem para o exercício profissional ético e prudente quanto ao zelo pelo sigilo profissional.

Custo: Não houve custo.

5.10. Demarcar aspectos éticos fundamentais aos processos de trabalho da psicologia junto à dependência química, problematizando estes espaços de atenção e sua correspondência aos princípios do SUS e da Reforma Psiquiátrica e possibilitando a reflexão sobre posicionamentos acumulados e critérios para a inscrição de CTs como Pessoa Jurídica.

Resultados:

A Comissão deliberou em 2015 e realizou em 29/01/2016 o “Evento Preparatório para o CNP: Por uma ética das práticas psicológicas junto à dependência química em Santa Catarina” que objetivou alcançar a meta acima descrita. Neste sentido, foram enviadas convocações aos psicólogos responsáveis técnicos por pessoas jurídicas em processo de tramitação ou deferidas cujo foco de atuação é o atendimento em dependência química. Realizou-se contato telefônico com os CAPS AD e enviou-se e-mail aos CAPS I para convidá-los ao evento.

O evento inicialmente problematizou a ideia de subjetividade e dependência química e as guerras às drogas, depois passando a discutir dependência química em Santa Catarina, possibilitando a contextualização do cenário mais amplo, que necessariamente requer problematização por parte de quem atua nesses espaços. As comunidades terapêuticas foram

problematizadas sobre o necessário envolvimento também nas questões relativas à ética de modo mais geral e a ética profissional, especificamente. Os serviços de saúde mental do SUS puderam falar da importância do trabalho em rede e da falta de esforços do Governo do Estado na direção de instalação de serviços, o que não ocorre com as CTs.

O evento foi transmitido pela internet e resultou em vídeo também disponível.

A COF entende que o evento foi produtivo e mobilizou o diálogo com a categoria. Neste sentido, fará parte do plano de trabalho da COF a construção de uma minuta de Resolução sobre os critérios para atuação dos psicólogos em Comunidades Terapêuticas para apresentar para a APAF. Assim que houver demanda da Diretoria sobre pontos de APAF encaminharemos esta sugestão e o texto da minuta será feita em março com o auxílio do vídeo do evento.

Custos: Envio de 36 correspondências registradas. Gravação e transmissão online do evento. Despesas com a palestrante Daniela Ribeiro Schneider. Ajuda de custo ao Conselheiro Anderson Luis Schuck e as Conselheiras Ana Maria Pereira Lopes e Juliana de Lima Medeiros.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Orientação e Fiscalização R\$ 46.272,81

ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

Ação IV – Participação GT Alteração MUORF – APAF

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

O Manual Unificado de Orientação e Fiscalização adotado pelo Sistema Conselhos de Psicologia foi estabelecido pela Resolução CFP N° 019/2000, e por decisão da APAF deliberou-se sobre a constituição de GT para tratar da atualização dos métodos empregados e consolidação com o conhecimento adquirido pelos trabalhos desempenhados nesta função primordial à Autarquia.

METAS ESTABELECIDAS, ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS:

5.11. Acompanhamento sistemático e propositivo das ações do GT;

Resultado: Nos dias 20 e 21 de março de 2015, a Comissão participou da Reunião Nacional de Comissões de Orientação e Fiscalização promovida pelo Conselho Federal de Psicologia em Brasília. Representada por seu Conselheiro Presidente, Anderson Luis Schuck, e pela agente fiscal Lucila de Castro Neves, a Comissão participou ativamente da reunião promovendo o debate de temas importantes para a qualificação de sua atividade fim e a integração com as demais Comissões do Sistema Conselhos de Psicologia.

Custo: Despesas com o deslocamento e hospedagem da agente fiscal.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Orientação e Fiscalização R\$ 46.272,81

ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

Ação V - Ação de fiscalização aos órgãos públicos

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

O Projeto de Fiscalização em Órgãos Públicos é uma forma de contribuição com a qualidade dos serviços públicos de Psicologia em Santa Catarina. Tal ação prevê a incidência do CRP 12 junto aos gestores municipais, alertando e orientando sobre as condições mínimas para o exercício da profissão, principalmente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Isto porque em levantamento prévio foi identificado:

- a) manutenção de profissionais sem habilitação adequada (inscrito e ativo) e regimes de contratação contrários aos dispostos nas legislações das Políticas;
- b) espaços de atendimento com interrupções, sem mobiliário adequado, isolamento acústico e visual que comprometem as particularidades do atendimento de psicologia (que não é médico/odontológico) e na garantia de sigilo e vínculo com o usuário;

- c) desrespeito a autonomia para escolha dos métodos e técnicos adequados ao campo de atuação e as demandas;
- d) descon sideração com as condições para elaboração e armazenamento adequado do registro documental, com ênfase na distinção entre o papel de perito e avaliador e o papel do psicólogo na promoção de saúde e dos vínculos familiares e sociais.

A tarefa envolveu parceria com a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), sobretudo no chamamento a participação dos psicólogos.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Orientação e Fiscalização R\$ 46.272,81

METAS ESTABELECIDAS, ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS:

5.12. Fiscalização em órgãos públicos das áreas da Saúde e Assistência Social quanto as condições de trabalho do profissional psicólogo.

Resultado: meta parcialmente alcançada.

Como forma de contribuir com a qualidade dos serviços públicos de psicologia em Santa Catarina e atender deliberação da Plenária Ordinário de 17/01, a COF planejou e neste momento executa a “Ação de fiscalização e esclarecimento sobre as condições mínimas para o exercício da profissão, nesse momento, focando-se no contexto do Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Assistência Social”.

O objetivo central desta ação é valorizar e potencializar o trabalho do(a) Psicólogo(a) em consonância com as diretrizes e perspectivas de atenção no SUS e SUAS, e, principalmente no que dizem respeito aos direitos dos munícipes de receber um serviço/atendimento psicológico ético e qualificado.

Esta ação se iniciou no mês de setembro de 2015 com o envio de correspondências registradas a todos(as) os(as) Prefeitos(as) e Secretários(as) Municipais de Saúde e Assistência Social de Santa Catarina.

Com o apoio da Federação Catarinense de Municípios, coletou junto aos(as) gestores(as) municipais, por meio de formulário online, dados básicos de identificação dos(as) psicólogos(as) lotados nos serviços públicos municipais de saúde e assistência social e realizará eventos de esclarecimento e retorno da fiscalização aos gestores e aos profissionais lotados nestes serviços.

As fiscalizações presenciais foram e estão sendo realizadas com o objetivo de verificar as condições dos serviços de psicologia, estruturais e de processos de trabalho, em três municípios de cada uma das 6 mesorregiões estabelecidas pela FECAM (um de pequeno, um de médio e um de grande porte), contemplado em cada município a vistoria de 2 equipamentos da gestão pública municipal, um da saúde e outro da assistência social. A escolha dos municípios e dos equipamentos foi feita por sorteio. Até a presente data já foram fiscalizados 6 equipamentos na região da Grande Florianópolis, 6 da mesorregião Oeste e 4 da região Serrana.

Os 10 “Eventos de Esclarecimento: Ação de Fiscalização aos Órgãos públicos” foram planejados para o ano de 2016 e ocorrerão nas cidades de Florianópolis, Maravilha, Chapecó, Concórdia, Blumenau, Itajaí, Lages, Tubarão, Mafra e Joinville. Neles serão enfatizados os parâmetros mínimos, de modo a evidenciar a realidade encontrada e provocar o debate sobre as possibilidades de melhorias aos serviços ofertados, incentivando o protagonismo da categoria na superação dos desafios nestas áreas de atuação.

A atividade encontra-se em curso e para sua consecução já pode ser avaliada a amplitude que tomou, tendo em vista o resultado da parceria com a FECAM, que apoiou no chamamento e liberação de psicólogos lotados junto aos serviços municipais de Saúde e de Assistência Social. funcionários por região. A ideia é que fique estabelecido um modelo de fiscalização para esses espaços, que possa receber qualificações vindouras.

Custo: Os custos com esta ação já estão contemplados na Ação I.

ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

Ação VI – Pesquisa Transborde da Justiça

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

A COF e a Comissão de Políticas Públicas, por meio do Eixo Assistência Social e do Eixo Saúde do CRP 12, desenvolveu uma pesquisa junto aos profissionais que atuam em políticas públicas, principalmente no SUS e SUAS. A pesquisa foi organizada em parceria do CRP-12, CRESS 12ª Região, SES, SST, CES, CEAS e FETSUAS-SC, com objetivo levantamento sobre as principais situações sobre a solicitação de ações do judiciário junto a setores da saúde e assistência social. Cabe destacar que o CRP-12 compreende como “Transborde da Justiça” as solicitações que ultrapassem os limites de atuação dos serviços – extrapolando ou contrapondo-se às atribuições definidas nas Legislações – e que definem a criação e os objetivos dos mesmos, bem como as normativas regulamentadoras das profissões. São considerados igualmente como transborde as demandas que impedem a continuidade dos atendimentos. Também aquelas que se contrapõem, inclusive, aos direitos das pessoas e/ou famílias atendidas, impedindo efetividade das políticas públicas.

METAS ESTABELECIDAS, ATIVIDADES REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS:

5.13. Levantamento sobre o impacto do Transborde da Justiça para os Serviços que compõem o SUS e SUAS, e que resulta de um conjunto.

Resultado: **meta atingida.** Foram realizadas 11 reuniões com as Entidades parceiras que encaminhou na construção de instrumento de coleta pela internet de informações junto aos psicólogos e psicólogas lotados nas políticas públicas municipais de saúde e de assistência

social sobre a relação com a Justiça. Para a divulgação do evento foi criada Arte específica e disparada por meio das redes sociais do CRP-12, bem como site e de Boletins Eletrônicos. Também foi gravado vídeo institucional que contou com a colaboração do Conselheiros Igor Schutz dos Santos para divulgar o levantamento e sensibilizar a categoria para a participação. A coleta ocorreu entre 21/09 e 30/11, coletou 392 profissionais. Para a tabulação dos dados foi contratado profissional da estatística (vide contrato anexo).

- **Custo:** Ajuda de custo com o Conselheiro Anderson Luis Schuck nas reuniões de 31/03; 13/07; 10/08; 31/08; 10/09; 21/09; 09/11; 04/12; 08/12; 11/12 e 14/12. Despesa contratual com o analista de dados (vide contrato anexo).

5.14. Identificar a existência e a incidência de demandas da Justiça que extrapolam os objetivos desses, e que em breve será encaminhado para todos os equipamentos que compõe as referidas políticas.

Resultado: **meta parcialmente atingida.** A análise dos dados será concluída em fevereiro de 2016, para remessa às Entidades e agendamento de reunião para apresentação do Levantamento e consolidação de encaminhamentos. Concluído o relatório, será estabelecido cronograma de ações para diálogo com o Sistema de Justiça e categorias.

Custo: Inserido no item anterior.

ANEXO I – TABELA DE VISITAS DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Rótulos de Linha						Total Geral
	Cancelamento	DH	Fiscalização	Inspeção	Órgãos Públicos	
Gde Fpolis	1		5	3	6	15
Fpolis	1		4	2		7
São José			1			1
Palhoça				1	2	3
Biguaçu					2	2
Angelina					2	2
Meio Oeste				7		9
Joaçaba				2		2
Videira				3	2	5
Luzerna				1		1
Herval do oeste				1		1
Norte			1	8		9
Jaraguá do Sul				4		4
Joinville				3		3
Mafra			1	1		2
Oeste			3	9	6	16
Chapecó			1	4	2	7
Cunha Porã				1		1

Maravilha				1		1
São Lourenço Doeste				1		1
Xaxim				1		1
Xanxerê				1		1
Arvoredo					2	2
Bom Jesus			2			2
Serrana				1	4	5
Lages				1		1
Monte Carlo					2	2
Campos Novos					2	2
Sul		3		8		11
Criciúma				2		2
Garopaba				1		1
Lauro Muller				1		1
Imarui				1		1
Jaguaruna				1		1
Tubarão		2		1		3
Balneário Rincão				1		1
Laguna		1				1
Vale				7		7

Blumenau				2		2
Apiuna				1		1
Timbó				1		1
Rodeio				1		1
Porto Belo				1		1
Bal. Piçarras				1		1
Total Geral	1	3	9	37	16	72

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Orientação e Fiscalização R\$ 46.272,81

6. Comissão de Ética – COE

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

Qualificar ações da COE balizadas em padrões técnicos, científicos e éticos, primando pela reflexão do profissional no exercício de sua práxis com responsabilidade pessoal e social, garantindo o exercício da profissão com qualidade ética e técnica.

6.1. ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

Ação I: Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da comissão;

Ação II: Oficinas de qualificação para capacitar os conselheiros do VIII Plenário;

Ação III: Qualificar a atuação profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF;

Ação IV: Fortalecer o diálogo com a COF;

Ação V: Oficinas de Orientação e Ética.

6.2. METAS ESTABELECIDAS:

Ação I: Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da comissão.

Metas:

- Otimizar o fluxo dos encaminhamentos;
- Produzir celeridade e eficácia na tramitação dos processos;
- Manter o diálogo estreito e necessário com a assessoria jurídica.

Ação II: Oficinas de qualificação para capacitar os conselheiros do VIII Plenário.

Metas:

- Capacitar conselheiros para desempenhar funções relacionadas ao processo disciplinar (análise e elaboração de relatórios, CPD, oitivas etc.);
- Produzir material de orientação básica para os conselheiros e psicólogos colaboradores;
- Capacitar conselheiros e psicólogos colaboradores para promover as oficinas de orientação e ética.

Ação III: Qualificar a atuação profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF.

Metas:

- Instrumentalizar a atuação do psicólogo através da produção de informação e documentos;
- Ampliar e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria através de ações;
- Organizar ações que fomentem o diálogo nas diversas instâncias de atuação da categoria;
- Prevenção de faltas éticas profissionais.

Ação IV: Fortalecer o diálogo com a COF.

Metas

- Qualificar os procedimentos de interface das comissões;

- Otimizar o fluxo dos encaminhamentos;
- Produzir celeridade e eficácia na condução dos processos;
- Subsidiar a prática das comissões.

Ação V: Oficinas de Orientação e Ética.

Metas:

- Promover debate qualificado à formação do psicólogo;
- Capacitar psicólogos sobre a dimensão ética relacionada ao seu exercício profissional;
- Fortalecer o diálogo com as IES (discentes e docentes), subsidiando reflexões sobre o conceito de ética em sua relação com a formação profissional.

6.3. ATIVIDADES/AÇÕES REALIZADAS

Ação I: Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da comissão.

- Acolhimento e fluxo das demandas referentes ao processo disciplinar;
- Realização de contato/trabalho com a assessoria jurídica - tal procedimento produziu bons resultados ao trabalho da COE – garantindo o cumprimento processual do CPD.

Ação II: Oficinas de qualificação para capacitar os conselheiros do VIII Plenário.

- Treinamento, qualificação e capacitação dos conselheiros do VIII Plenário;
- Oficinas de Orientação e Ética é avaliado como uma ação de COE/COF;
- Levantamento prévio das irregularidades observadas no CRP-12, e produção de material orientativo (kit oficina) com consulta/participação do Plenário.

Ação III: Qualificar a atuação profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF

- Produção de documentos de referência à categoria;
- Oficina de Orientação e Ética;
- Produção de textos para o boletim eletrônico e revista.

Ação IV: Fortalecer o diálogo com a COF.

- Iniciou-se o processo de reuniões em conjunto.

Ação V: Oficinas de Orientação e Ética.

- Realização de Oficinas;
- Capacitação dos conselheiros;
- Diálogo com as IES;
- Oportunizou-se a participação e diálogo com a categoria;
- Parceria com a ABEP.

6.4. DEMONSTRAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Ação I: Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da comissão.

- O fluxo das demandas foi garantido, com reuniões periódicas, porém não fixas (a alteração nos dias objetivou conciliar a possibilidade da comissão de encontro presencial com as necessidades da COE);

- A ação exitosa da comissão contou com o apoio/engajamento da técnica e assessoria jurídica;

Encaminhamento: manter o diálogo estreito e necessário com a assessoria jurídica, reuniões semanais e presenciais da comissão.

Ação II: Oficinas de qualificação para capacitar os conselheiros do VIII Plenário.

- O resultado/produto final das Oficinas de Orientação e Ética é avaliado como uma ação de COE/COF exitosa na medida em que deu conta de realizar levantamento prévio das irregularidades observadas no CRP-12, e foi produzido material orientativo (kit oficina) com consulta/participação do plenário e entrega de material em pen drive a cada conselheiro;

- O levantamento prévio das irregularidades observadas no CRP-12, auxiliou na produção de material orientativo (kit oficina) com consulta/participação do plenário que foi eficaz na prática;

Encaminhamentos:

1. Rever a participação dos demais conselheiros como ministrantes da oficina;
2. Realizar oficina de qualificação de COE no primeiro semestre de 2015;
3. Capacitação para produção de relatórios (Caderno do CRP-SP);
4. Capacitação referente às legislações;
5. Trazer/seguir com a participação da ABEP;
6. Realizar avaliação das oficinas realizadas.

Ação III: Qualificar a atuação profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF.

Encaminhamentos:

1. Produção de conteúdos para a revista, boletins;
2. Solicitar à assistente técnica e fiscais material/temática (que tem sido sinalizado como algo urgente) que possa ser indicativo de texto (próxima revista);
3. Estabelecer como prioridade as matérias a serem construídas.

Ação IV: Fortalecer o diálogo com a COF.

Encaminhamento:

1. Realizar reuniões COE e COF (a cada dois meses e/ou conforme a necessidade observada) juntamente com a assistente técnica e fiscal para produzir referências/encaminhamentos que subsidiam a prática da relação das comissões.

Ação V: Oficinas de Orientação e Ética.

- Foi contemplado.

Encaminhamentos:

1. Investir esforços na maior aproximação;
2. Ampliar e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria.

3. Oferta da Oficina de Orientação e Ética **somente** as que se encontram agendadas e construção de material em vídeo para ser disponibilizado (considerando as avaliações registradas pelos participantes nas oficinas).

6.5. INDICADORES UTILIZADOS PARA MONITORAR A ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA

Ação I: Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da comissão.

38 reuniões da Comissão: 13/01; 21/01; 27/01; 04/02; 11/02; 13/03; 14/03; 17/03; 20/03; 25/03; 27/03; 01/04; 08/04; 10/04; 15/04; 17/04; 18/04; 06/05; 15/05; 15/05; 20/05; 22/05; 27/05; 12/06; 17/06; 24/06; 26/06; 01/07; 03/07; 08/07; 10/07; 29/07; 31/07; 06/08; 07/08; 12/08; 19/08; 21/08; 26/08; 29/08; 02/09; 05/09; 09/09; 11/09; 12/09; 16/09; 26/09; 30/09; 02/10; 09/10; 14/10; 20/10; 24/10; 28/10; 30/10; 05/11; 04/11; 06/11; 19/11; 20/11; 25/11; 27/11; 04/12; 09/12;

- **Pareceres apreciados:** 12

- **Relatórios de reconsideração:** 05

- **Julgamentos:** 08

- **Oitivas:** 02.

Ação II: Oficinas de qualificação para capacitar os conselheiros do VIII Plenário.

- 01 oficinas (orientação e ética, julgamento).

Ação III: Qualificar a atuação profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF.

- construção de um kit para oficina de orientação e ética;

- matérias e notas para a revista e site CRP-12.

Ação IV: Fortalecer o diálogo com a COF.

- 03 reuniões com os conselheiros de COE e COF.

Ação V: Oficinas de Orientação e Ética

- 08 oficinas realizadas: UNC Concórdia: 17/04; Unochapecó: 08/05; UNOESC Pinhalzinho: 08/05; UNOESC Joaçaba: 11/05; UNIDAVI Rio do Sul: 14/05; UFSC Florianópolis: 16/06; Faculdade Metropolitana de Guaramirim: 26/06; UFSC Florianópolis: 10/07; UNOESC São Miguel do Oeste: 10/07; Unochapecó: 29/10

- Número de participantes: 1071

- Número de IES envolvidas: 08

6.6. STATUS DA META ESTABELECIDADA

Meta Alcançada	Meta Parcialmente Alcançada	Meta Não Alcançada
Ação I: Reunião Semanal da COE, para garantir análise de processos e encaminhamentos da comissão	Ação II: Oficinas de qualificação para capacitar os conselheiros do VIII plenário - para produção de relatórios (Caderno do CRP-SP);	
Ação V: Oficinas de Orientação e Ética	- capacitação referente as legislações; - parceria com a ABEP;	
	Ação III: Qualificar a atuação	

profissional e garantir o debate nos vários espaços de promoção/intervenção da categoria a partir das denúncias/demandas recebidas pela COE e COF

Ação IV: Fortalecer o diálogo com a COF;

Orçamento: R\$ 23.882,21

7. Comissão de Avaliação para Concessão do Título de Especialistas – CATE

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

Garantir a qualidade na concessão de títulos de especialista fortalecendo o reconhecimento social da profissão.

7.1. ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

- A) Garantir o processo de concessão de títulos de especialista aos profissionais da categoria.
- B) Promover discussão a respeito da concessão de títulos com o sistema conselhos,
- C) Acompanhar o impacto com a categoria e com a sociedade do registro de especialista em psicologia.
- D) Melhorar constantemente os fluxos operacionais e comunicação interna da comissão, para efeitos de concessão, acompanhamento e impacto do registro de especialista em psicologia.

Ampliar o acesso às informações das especialidades, suas particularidades e atualizações.

7.2. METAS ESTABELECIDAS:

Ação I - Reunião mensal para análise de processos e elaboração de pareceres e encaminhamentos da Comissão.

Público Alvo: Categoria e sociedade.

Metas: Atender a demanda mensal de concessão de títulos, seguindo os prazos estabelecidos na resolução 13/2007. Acompanhar o fluxo operacional da comissão.

- Interface: Plenário e categoria
- Metodologia: Reuniões agendadas na sede do CRP
- Cronograma: Mensal (véspera das plenárias ordinárias).
- Avaliação: Por meio do controle do processo de concessão de títulos

Ação II - Divulgar as informações sobre às formas de obtenção do título de especialista, bem como, as principais discussões sobre o assunto.

- Público Alvo: Categoria.
- Metas: Ampliar o conhecimento da categoria sobre questões relativas ao título de especialista. Esclarecer sobre o surgimento de novas especialidades aos profissionais.

- Interface: CCS, CFP e Setor Projetos
- Metodologia: Por meio do site, folder, boletim, reuniões de entrega de CIP e pesquisa.
- Cronograma: Permanente.
- Avaliação: Constante com os membros da comissão
- Recursos:

Ação III - Realizar pesquisa junto a categoria.

- Público Alvo: Categoria, Sistema Conselho, Sociedade e CATE

- Metas: alcançar uma amostra válida para a pesquisa; Analisar os dados provenientes da pesquisa, avaliar o impacto do título na atuação profissional; fundamentar ações da comissão; promover reflexões para o sistema conselhos e categoria.

- Interface: CCS, Plenária, Projetos, CREPOP, Categoria, CFP.
- Metodologia: Pesquisa quantitativa e qualitativa
- Cronograma: Após aprovação do planejamento estratégico, início imediato e conclusão em 2015.
- Avaliação: A partir dos resultados obtidos.

7.3. ATIVIDADES/AÇÕES REALIZADAS

- 7.3.1. Informar a categoria de profissionais de psicologia, sobre as formas de obtenção do título de especialista, bem como, as principais discussões sobre o assunto;
- 7.3.2. Divulgar as especialidades em psicologia, nos eventos de áreas afins no Sistema Conselhos principalmente nas entregas de Carteiras de Identidade Profissional.
- 7.3.3. Material informativo (banner, folder) sobre suas modalidades, cursos de formação credenciados pelo CFP, novas especialidades reconhecidas e seu propósito quanto às novas especialidades reconhecidas.
- 7.3.4. Otimizar questões operacionais para efeitos de concessão, registro de título de especialista.
- 7.3.5. Acompanhamento e impacto do registro de especialista em psicologia

7.4. DEMONSTRAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

- 7.4.1. Materiais para divulgação, Folder e Revista Psicologia em Movimento.

7.5. INDICADORES UTILIZADOS PARA MONITORAR A ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA

7.5.1. - 7 Reuniões da Comissão: 13/01; 20/03; 10/04; 22/04; 15/05; 22/05; 12/06; 17/07; 18/09; 15/10; 21/10 e 28/12.

7.5.2. - Títulos analisados: 46;

7.5.3. - Títulos concedidos: 46;

7.5.4. - Adesão dos profissionais á pesquisa: 344

7.5.5. - Adesão de Núcleos formadores á pesquisa: 7

7.5.6. Propostas geradas; AÇÕES ESTADUAIS E NACIONAIS SOBRE O MARCO REGULATORIO.

7.5.7. Entidades que aderiram à ação; FEPSIC, NUCLEOS FORMADORES.

7.5.8. Espaços de representatividade acionados; GT NACIONAL (26/02; 03/03;)

STATUS DA META ESTABELECIDADA

Meta Alcançada

Meta Parcialmente Alcançada

Meta Não Alcançada

Informar a categoria de profissionais de psicologia, sobre as formas de obtenção do título de especialista, bem como, as principais discussões sobre o assunto.

Acompanhamento e impacto do registro de especialista em psicologia

Otimizar questões operacionais para efeitos de concessão, registro de título de especialista.

8. Comissão de Direitos Humanos

JUSTIFICATIVA: A Comissão de Direitos Humanos do CRP-12 (CDH) vem há muito contribuindo de maneira participativa nos debates que tem o intuito de defender e garantir os direitos dos nossos cidadãos catarinenses. Podem ser elencados diversos momentos em que os integrantes da Comissão estiveram juntamente com os atores sociais, lutando pela efetivação dos direitos humanos. Mesmo com grandes avanços nos direitos sociais, não se finda o processo, afinal são constantes as demonstrações de violência que sofrem nossa sociedade. Dessa forma é que a CDH propõe colocar a Psicologia e defesa dos Direitos Humanos a serviço de quem dela precisa.

OBJETIVOS: A CDH do VIII Plenário do CRP-12 é aberta a participação dos movimentos sociais do Estado, levando para este espaço de discussão as contribuições da Psicologia na luta por Direitos Humanos, tema transversal que permeia e fundamenta a prática profissional, bem como a relação existente entre as diferentes conjunturas sociais e a dimensão da subjetividade.

8.1. Tabela de Reuniões da Comissão de Direitos Humanos em 2015.

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai/Jun./Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov. e Dez.
13/01	04/02	06/03	08/04	Não houve	07/08	11/09	09/10	27/11
30/01	25/02		14/04		25/08		29/10	16/12

9. Eventos, ações e atividades

9.1. Grupo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados – GAIRF



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpssc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

Data das reuniões: 03/03; 07/04; 05/05; 02/06; 04/08; 01/09; 06/11; 10/11; 04/12 e 01/12.

- **Reuniões Preparatórias de Audiência Pública sobre Imigrantes e refugiados:** 15/05; 12/06; 07/07.
- **Audiência Pública sobre a condição Social dos Imigrantes:** 24/06
- **GT sobre situação dos Imigrantes e refugiados:** 21/08

9.2. Seminário Clínica do Testemunho: Reparação Psíquica e Construção de



SEMINÁRIO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO: REPARAÇÃO PSÍQUICA E CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS

Memórias.

Justificativa: Ação em parceria com a Sigmund Freud Associação Psicanalítica - Clínicas do Testemunho, o Conselho Regional de Psicologia - CRP/12 e o Coletivo Catarinense Memória Verdade e Justiça. O Projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça visa reparar e reintegrar à história individual das vítimas e da sociedade as marcas psíquicas deixadas pelas graves violações de direitos humanos ocorridas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil.

Objetivos: Refletir e discutir sobre os pressupostos que amparam as modalidades de intervenção daquele projeto: a escuta, a reparação psíquica, o testemunho e a recomposição histórica.

Data: 10 e 11/04

Reunião preparatória: 22/02

Avaliação dos resultados: O Seminário “Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias”, que abordou reparação psíquica, atendimento clínico a pessoas violadas pelo Estado, construção de memórias e a história da repressão em Santa Catarina. A

conselheira Yara Hornke, que está à frente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12, realizou a abertura do encontro, enfatizando a importância fundamental desta mobilização em torno das memórias do que ocorreu neste país. Em Santa Catarina, o resgate da memória tem sido impulsionado pelos esforços da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright – Santa Catarina, do coletivo catarinense Memória, Verdade e Justiça, entre outros, e o CRP-12 têm participado ativamente deste movimento.

Orçamento: R\$ 937,50

9.3. Ações Comissão Pró-Sistema de Prevenção e de Combate a Tortura

- 9.3.1. 22/05: Oficina dos processos de escolha em data unificada para entrega conjunta de equipagens aos Conselhos Tutelares ao Ministro Chefe da Secretaria de DH do Brasil Gilberto José Spier Vargas
- 9.3.2. 17 e 18/06: Naciones Unidas Derechos Humanos – Oficina Del Alto Comisionado – Comitê Nacional de prevencion y combate contra la tortura
- 9.3.3. 24 e 25/09: II Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Combate à Tortura

9.4. Articulação da Comissão Pró-Sistema de Prevenção e de Combate a Tortura

Justificativa: Por Santa Catarina não ter nenhum órgão acolhedor de denúncias de violências do estado e sociedade, os cidadãos ficam a mercê e sem apoio de fiscalizações frequentes. É urgente a criação do mecanismo estadual em Santa Catarina, e para isso é preciso intensa mobilização e posicionamento de entidades catarinenses.

Objetivos: Avaliar os encaminhamentos anteriores e possibilidades futuras.

Reuniões com entidades: 27/03; 02/04; 10/04; 03/07; 08/05; 26/06; 24/07; 25/09; 20/11 e 09/12.

Avaliação dos resultados: As reuniões foram no sentido de dialogar com representantes das entidades membros do Pró-Sistema de Comitê de Combate a Tortura em SC, os encaminhamentos direcionados para implantação do Mecanismo Estadual. Mobilizações com movimentos sociais e instituições defensoras de direitos humanos estiveram presentes.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Direitos Humanos R\$ 12.492,25

29/04: I Seminário por uma Santa Catarina sem Tortura: necessidades, desafios e perspectivas.

Justificativa: No ano de 2013, por meio da Lei 12847/2013 foi criado o Sistema Nacional de Combate a Tortura, que objetiva a criação de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate a Tortura no território nacional, notadamente focado na comunidade carcerária. Desde então o poder executivo e legislativo de cada estado, por meio da mobilização dos Movimentos Sociais, estão implementando Comitês Estaduais. Santa Catarina é um dos poucos Estados que ainda não possui o Sistema em funcionamento e necessita fortalecer as articulações sociais e políticas pró Comitê. Em contra partida, são muitas as denúncias de violação de direitos que se tem conhecimento e a investigação e intervenção sobre os fatos, poderá auxiliar com a criação de Comitês e Mecanismos. Neste contexto a sociedade catarinense fica vulnerável diante das violências do Estado e da Sociedade, sem possibilidade de computar os dados estatísticos desta realidade, instituir Políticas Públicas que possam intervir preventivamente diante de situações de tortura e violência como propõe a legislação. É urgente que os Movimentos Sociais e instituições imbuídas na defesa dos Direitos Humanos abracem esta causa e exijam do poder público, a implantação imediata do Sistema de Prevenção e Combate a Tortura em nosso Estado.



Objetivos: Sensibilizar movimentos sociais, representantes do governo, da sociedade civil para a importância da implementação do Sistema de Prevenção em Combate a Tortura em SC.

Avaliação dos resultados: O evento possibilitou reunir diversas entidades e movimentos sociais que debateram sobre o contexto da Tortura no Estado de SC; sobre o Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura; A contribuição dos Movimentos Sociais frente às situações de violação de direitos; e sobre os impactos na violência na subjetividade.

Orçamento: R\$ 2.799,50

9.5. 19/08: II Seminário por uma Santa Catarina sem Tortura e reuniões com representantes do governo do estado

Justificativa: No ano de 2013, por meio da Lei 12.847 foi criado o Sistema Nacional de Combate a Tortura, que objetiva a criação de Mecanismos de Prevenção e Combate a Tortura no território nacional. Desde então, o poder legislativo e executivo de cada estado, por meio da mobilização dos Movimentos Sociais, então implementando os comitês estaduais.

Objetivos: Problematizar a importância da criação do Comitê de Combate a Tortura em SC, bem como, de um mecanismo público que tenha como principal finalidade fortalecer a prevenção e o combate à tortura no Estado.

Avaliação dos resultados: Através da participação de diversos representantes de entidades, pudemos debater a importância da criação do Comitê de Combate a Tortura no Estado de Santa Catarina. Representantes da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República expuseram os procedimentos de criação, inspeção e avaliação dos resultados, esclarecendo dúvidas de representantes da Casa Civil, Defensoria Pública, Judiciário Catarinense, entre outros. O encontro foi gratificante e podemos afirmar que alcançamos os objetivos propostos.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Direitos Humanos R\$ 12.492,25

9.6. Inspeção Nacional aos Manicômios Judiciários

Justificativa: A ideia do relatório nacional é em parceria com a Comissão de Direitos Humanos do CFP e OAB, para mapear as condições dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. No cumprimento das medidas de segurança, aqueles rotulados como loucos e criminosos tendem a sofrerem ainda mais repressão. As instituições tendem a prender os sujeitos com argumentos de periculosidade social, e muitas vezes permanecem até o fim da vida nessas instituições, presos e violentados.

Objetivos: mapear as condições dos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico em SC.

Reuniões: 06 e 28/04: Inspeção Nacional aos Manicômios Judiciários;

Reuniões: 17/03; 22/05; 11/06: Reuniões preparatórias e de avaliação com entidades

Reuniões: 30/06 e 24/07: Reunião para fechamento do relatório da Inspeção Nacional

Avaliação dos resultados: O relato foi finalizado e publicado no relatório nacional. As inspeções no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico deram subsídio para os psicólogos e outras áreas de profissão identifiquem as demandas dos pacientes, irregularidades e necessidades da instituição. Em Santa Catarina não há espaço específico para mulheres em sofrimento psíquico que cometem crimes, e são levadas ao Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ). Dessa forma, pudemos avaliar que é urgente a questão de pessoas em sofrimento psíquico que cometem crimes, pois há aqueles que não possuem laços familiares e por não terem para onde ir, continuam presas (internadas) nos hospitais de custódia.

Considerando informações que temos da existência do plano de construção de residências terapêuticas, é urgente a sua efetivação para a mitigação das deficientes encontradas, sendo necessária vontade política dos governantes.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Direitos Humanos R\$ 12.492,25

9.7. 1/10: Reunião para continuidade às ações da Inspeção Nacional



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

Justificativa: A partir dos dados coletados na inspeção, a ideia era de construir uma forma de divulgar os resultados em Santa Catarina. Dessa forma, espera-se posicionamento das instituições penais, representantes do judiciário, operadores dos direitos e demais profissionais. É preciso problematizar o fenômeno do sofrimento psíquico e o cuidado que essas pessoas demandam, pois “louco não se prende”. A questão dos direitos violados dentro das instituições psiquiátricas e também na própria sociedade precisa ser debatida. Para isso, a reunião de continuidade espera organizar maneiras de divulgar e dialogar sobre o tema.

Objetivo: Organizar atividade para divulgar os resultados da inspeção nacional nos manicômios judiciários e hospitais de custódia.

Avaliação dos resultados: Ficou decidido que a Comissão de Direitos Humanos do CRP-12 (CDH/CRP-12) faria uma oficina no Congresso Sobre Saúde Mental, trabalhando a questão dos hospitais psiquiátricos e unidades prisionais.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Direitos Humanos R\$ 12.492,25

9.8. 20/11: Evento Preparatório IX CNP “Consciência Negra: o que a Psicologia tem a ver com isso?”



**CONSCIÊNCIA NEGRA: O QUE A
PSICOLOGIA TEM A VER COM ISSO?**

20 de novembro de 2015
às 18h30, no CRP

♦ Transmissão online: www.crp12.org.br

Justificativa: A sociedade brasileira é extremamente racista e não há preparação dos profissionais para lidar com o tema, sobretudo na psicologia. Santa Catarina registra vários casos de racismo, mas os sujeitos não têm o tratamento adequado no momento de denúncia, tendo assim seus direitos violados. Nos currículos das universidades praticamente não há disciplinas que trabalhem com a questão, conseqüentemente os psicólogos não possuem qualificação para trabalhar com a temática.

Objetivos: Debater o papel da psicologia no contexto de diversidade racial/racismo.

Avaliação dos resultados: O evento contou com a presença da pedagoga Jeruse Romão, que pode expor a realidade no ensino e educação, bem como problematizou o papel da psicologia nesse ambiente. A pedagoga tratou do racismo como uma questão política, histórica, e ainda refletiu sobre a patologização que há no fenômeno racismo. A psicóloga Lia Vainer Shucman pode trazer a inconsciência branca como questão, os privilégios que os brancos possuem sobre os negros e também trouxe aspectos históricos. Os participantes puderam debater, com perguntas e questionamentos. O encontro atingiu os objetivos esperados, e tivemos como encaminhamento relevante a orientação do CRP-12 para as instituições de ensino superior (IES) para acrescentar no currículo de psicologia a disciplina que trata as questões raciais.

Orçamento: R\$ 1.810,00

10. Comissão de Comunicação – CCS

10.1. Reuniões da Comissão: 09/01; 14/01; 15/01;31/01; 06/02; 07/02; 13/02; 06/03; 19/03; 05/06;

10.2. Eventos, ações e atividades:

10.2.1. Reunião de entrega de Carteiras Profissionais – CIPs

Justificativa: A entrega de Carteiras de Identidade Profissional - CIPs é uma das funções dos Conselhos Profissionais, por este motivo cabe aos Conselhos Profissionais de cada região realizar a confecção e entrega destas carteiras aos psicólogos recém-inscritos no CRP/12,

psicólogos com solicitação de transferência de estado e psicólogos que solicitaram inscrição secundária.

O Eixo 3 do Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2016, que se refere a Organização e Gestão, evidencia como objetivo estratégico realizar uma gestão transparente, descentralizada e articulada com aliados e aberta ao diálogo, de forma a otimizar os recursos e potencializar as ações e resultados, qualificando gestores e funcionários e aperfeiçoando os canais de troca, buscando criar vínculos entre os profissionais e os conselheiros das regiões. Neste sentido, realizou-se a entrega de carteiras em diferentes cidades/regiões do estado, visando facilitar o recebimento da CIP pelo psicólogo. Manteve-se a parceria com as universidades e a possibilidade de colaboradores regionais do Conselho (pessoas estratégicas em cada região que potencializam a comunicação do CRP/12 com os psicólogos) participarem desta cerimônia em algumas regiões. A parceria com as universidades configura-se na cedência do espaço nas universidades para realização da cerimônia e que tem como contrapartida do CRP/12 a parceria em várias ações de interesse da categoria. Já a participação de colaboradores na entrega de carteiras tem como objetivo aproximar esta autarquia dos psicólogos e propiciar uma rede de comunicação que potencialize as ações realizadas pelo CRP/12.

Objetivos: Acolher, informar, orientar, qualificar e convidar os psicólogos das regiões para participar dos projetos de gestão, nas Cerimônias de Entrega de CIPs.

Resultados: A avaliação desta atividade é realizada mediante formulário entregue aos psicólogos nas reuniões de Entrega de Carteiras, e o retorno dado pelas (os) psicólogas (os) é de qualificação positiva dos referidos eventos.

As carteiras são entregues com um período regular de tempo que não ultrapasse um período maior que quatro (04) meses, com o objetivo que os psicólogos não fiquem um tempo muito extenso na espera de sua carteira. Além disto, aqueles que tiverem urgência na posse de sua CIP tem a possibilidade de buscar sua carteira em Florianópolis, com algumas exigências, no caso dos psicólogos recém-inscritos.

As inovações realizadas na entrega de carteiras potencializaram a aproximação com a categoria, propiciando um maior compromisso com o CRP/12. Este fato pode ser confirmado

pelos alto nível de qualificação atribuído às reuniões nos formulários de avaliação destes eventos ocorridos em todo o estado.

Tabela do Levantamento de entrega de CIP's no ano de 2015

Cidade	Data	Nº Psic convidados	Nº Psic presentes	Conselheiro(a)
Chapecó	18/04/2015	98	77	Anderson
	09/07/2015	42	29	Anderson
	10/07/2015	25	19 (SMO)	Anderson/Jaira
	30/10/2015	47	34	Anderson
Florianópolis	09/01/2015	56	35	Jaira/Giulianna/Yara
	12/03/2015	61	37	Giulianna/Yara
	16/04/2015	50	30	Jaira/Giulianna
	21/05/2015	52	33	Jaira/Giulianna
	02/07/2015	52	33	Anderson
	06/08/2015	31	12	Jaira/Giulianna
	08/09/2015	32	11	Fabricio/Juliana
	15/10/2015	53	26	Giulianna/Juliana
	17/11/2015	45	18	Giulianna/Yara
	17/12/2015	36	9	Giulianna/Yara
Itajaí	24/01	36	14	Jaira
	25/04	58	39	Jaira

	04/07	26	13	Jaira
	03/10	36	19	Jaira/Anderson
Joinville	10/03	16	7	Geny/Juliane/Tatiane
	09/05	56	43	Jaira/Juliane/Tatiane
	25/07	52	40	Geny/Juliane/Tatiane
	03/10	24	14	Geny/Juliane
Criciúma	06/03	34	17 (Tubarão)	Junior e Maribel
	06/05	45	20 (Orleans)	Junior e Maribel
	17/06	42	17 (Tubarão)	Junior e Maribel
	11/09	44	24	Junior e Maribel
	11/12	46	22	Junior e Maribel
Lages	26/03/2015	24	20	Aline
	18/06/2015	15	13	Aline/Inea
	06/11/2015	9	7	Aline
Blumenau	28/03/2015	33	26	Jaira
	24/07/2015	25	16	Jaira
Caçador	18/04/2015	14	7	Jaira
	11/05/2015	37	17 (Joaçaba)	Anderson/Giulianna
	07/08/2015	24	10 (Campos Novos)	Anderson/Jaira
Rio do Sul	08/04/2015	14	04	Joice
	20/08/2015	13	13	Joice

11. Comunicação Social do CRP/12

11.1. Revista Psicologia em Movimento

Justificativa: A tomada de decisão de substituir a publicação do tradicional Jornal do CRP/12 pela Revista fundamenta-se no desejo do VIII Plenário em estabelecer com a categoria um novo padrão de comunicação: uma publicação com conteúdo, que subsidie o profissional sobre diferentes debates e posições políticas de interesse da Psicologia; uma publicação de caráter histórico, informando sobre os eventos realizados, lutas, orientações e diretrizes do Sistema Conselhos e acima de tudo, uma publicação interativa e dinâmica, que estabeleça um canal periódico de diálogo com a categoria.

Nossa proposta nesta gestão será de fazer provocações e reflexões acerca do protagonismo da Psicologia e do Psicólogo como agente político e a necessidade de mudança na forma de fazer psicologia. Precisamos nos atentar para a dialética entre a igualdade e a diferença, entre a individualidade e a coletividade. A proposta de nossa revista está pautada nestas premissas. Essa proposta, além de uma posição teórica é também uma posição política, um projeto ético.

Objetivos: informar, qualificar e historicizar as ações e temas relevantes para a categoria.

Resultados: A Revista Psicologia em Movimento teve 2 edições durante o ano de 2015. Um total de 10.131 psicólogos ativos receberam as 2 edições da Revista e os retornos dos psicólogos nas regiões aos conselheiros foram positivos.

11.2. Mídias Eletrônicas (Boletins Eletrônicos Semanais; Boletins Eletrônicos Especiais; Boletins Eletrônicos de Eventos e Facebook)

Justificativa: Esta é uma ação conjunta em que envolve a Comissão de Comunicação Social – CCS na organização da pauta e aprovação dos Boletins semanais, a Assessoria de comunicação que elabora o BE e o Setor Projetos que dispara o BE para os Psicólogos. Ao longo do ano foram realizados BEs com a pauta semanal do CRP/12, alguns BEs temáticos alusivos a uma situação específica e BEs Eventos mensais com a divulgação de cursos promovidos pelas entidades.

Objetivos: Divulgar informações referentes à Psicologia como ciência e profissão.

Resultados: De acordo com a pesquisa sobre aproveitamento das mídias institucionais, os BE, site e revista são os meios de comunicação mais acessados. Cerca de 85% dos respondentes informaram que recebem boletim eletrônico e relatam ter boa relação com os meios de comunicação do CRP-12.

11.3. Vídeos institucionais no canal do Youtube, produzidos em 2015.

- Política de Participação e Colaboração
- 18 de Maio: Luta Antimanicomial
- Contra a redução da Maioridade Penal
- Seminário Perspectivas para a luta pela Democratização da Comunicação no Brasil: 22/05. Convidado especial: Celso Schröder
- Levantamento Sistema de Justiça
- Consciência Negra: O que a psicologia tem a ver com isso?
- Vídeos do II Congresso Catarinense de Psicologia Ciência e Profissão
- Saúde Suplementar: Desafios para atuação das(os) Psicólogas(os)
- Dia do Psicólogo CRP-12 - 27/08/2015
- Evento Temático - Psicologia Organizacional e do Trabalho
- Seminário Formação Após a Graduação - Profissional ou Acadêmica
- II Encontro Catarinense De Ensino De Psicologia
- Grupo Temático Psicologia e Justiça
- Seminário: Por uma Santa Catarina sem violência: desafios e perspectivas

11.4. Representações:

- Comitê pela Democratização da Comunicação de SC – CDC/SC:
19/03; 02/07;

- Reunião de almoço CDC/SC: 22/05
- Reuniões da Coordenação Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC
- Plenárias regionais e nacionais do FNDC

Orçamento: R\$ 5.145,50

Comissão de Políticas Públicas

11.5. Eixo Saúde:

11.5.1. Reuniões do eixo: 15/01; 27/02; 11/06 e 26/06. Estas reuniões aconteceram com todos os membros do Eixo Saúde, no entanto outras reuniões aconteceram ao longo do ano para a organização de atividades específicas e que não contaram com a participação de todos os integrantes do eixo.

11.5.2. Eventos, ações e atividades:

- Ações alusivas ao dia 18 de Maio: Dia da Luta Antimanicomial
 - Gravação de vídeo institucional em 08/05 com participação de Walter Ferreira da ABRASME e Jaira Rodrigues do CRP/12

Justificativa: No dia 08/05 foi gravado um vídeo que discutiu a realidade da Atenção Psicossocial no país e no estado. Este vídeo contou com a participação do presidente da Abrasme (Associação Brasileira de Saúde Mental), professor doutor Walter Oliveira, que falou do processo de reforma psiquiátrica no Brasil e a conselheira presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, abordou as contribuições da Psicologia nessa reforma. Na sequência houve apresentação dos avanços e os desafios do campo e foram apresentadas as referências do Crepop para o trabalho nos CAPS. Este vídeo foi utilizado nos eventos comemorativos ao dia da Luta Antimanicomial que aconteceram em todo o estado de Santa Catarina, servindo como disparador dos debates.

Objetivo: Problematizar o cenário de atenção psicossocial às pessoas com transtornos mentais.

Resultados: Foram discutidos o cenário e as demandas da RAPs no referido vídeo, além de serem levantadas as referências na área da Psicologia, elaboradas pelo Crepop, portanto entende-se que esta ação teve êxito, pois o vídeo serviu como roteiro da discussão de temas pertinentes, utilizado em uma ação conjunta que ocorreu em várias cidades do estado.

11.5.3. Evento do dia da Luta Antimanicomial no CRP/12 no dia 08/05 e ação integrada com as Instituições de Ensino Superior

Justificativa: No ano de 2015, o Brasil alcança 28 anos de luta “Por uma sociedade sem manicômios”, que se deu por meio da organização do Movimento da Luta Antimanicomial. O ápice dessa luta foi a Promulgação da Lei 10.216, em 2001. Depois disso, tal luta tem se mantido no processo de construção de uma rede substitutiva à hospitalização como principal recurso de atenção ao sofrimento psíquico severo e persistente. Em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial, o CRP-12 organizou atividade na sede do Conselho, em Florianópolis, e nas cidades de Chapecó, Criciúma, Itajaí, Orleans, Pinhalzinho, São Miguel do Oeste e Xanxerê, contando com a parceria de instituições de ensino e entidades da Psicologia.

Em cada uma das cidades (com exceção de Florianópolis) foi apresentado o vídeo com a participação do presidente da Abrasme, Walter Oliveira, que falou do processo de reforma psiquiátrica no Brasil e da conselheira presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues que abordou as contribuições da Psicologia nessa reforma; sendo ainda apresentadas as referências do Crepop para o trabalho nos CAPS. A cidade de Florianópolis teve o diferencial de configurar-se no evento que foi base para a gravação do vídeo (08/05), que na semana seguinte guiou a discussão nas outras cidades do estado.

Ao final de cada evento, os participantes discutiram a formulação de uma Carta sobre a realidade da Atenção Psicossocial em Santa Catarina, que foi encaminhada ao Conselho Estadual de Saúde, elencando problemas indicados pelos participantes dos debates realizados.

Objetivo: Discutir o cenário de atenção psicossocial a pessoas com transtornos mentais.

Resultados: A partir de eventos realizados em todo o estado, que contou com a participação das entidades responsáveis pela formação em Psicologia (IES), com profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPs) e da sociedade em geral, pode-se ampliar os sujeitos partícipes do debate, qualificando a discussão e a proposição de medidas que viabilizem melhorias na RAPs. A elaboração da Carta, entregue ao Conselho Estadual de Saúde potencializou os resultados das discussões realizadas nos eventos.

A partir deste contexto percebe-se que o objetivo de discutir o cenário de atenção psicossocial a pessoas com transtornos mentais foi alcançado com sucesso.

11.5.4. Elaboração de carta conjunta e encaminhamento às autoridades competentes;

Justificativa: Nos últimos anos têm-se observado gestões de saúde que se afastam dos princípios da Reforma Psiquiátria, que teve seu início com a responsabilização do Estado pela atenção a pessoas com transtornos mentais na perspectiva da atenção comunitária e a na contramão de internação da institucionalização.

Portanto, a carta é resultado de uma atividade realizada no Conselho Regional de Psicologia – CRP 12ª Região, no dia 18 de Maio: dia Nacional da Luta Antimanicomial. Trata-se de uma construção coletiva entre usuários e trabalhadores da rede de Atenção Psicossocial, de seus familiares, estudantes, profissionais da saúde, sociedade civil e visa garantir os direitos da pessoa em sofrimento psíquico e fortalecer o movimento de transformação da Política de Assistência na Atenção Psicossocial.

Objetivos: Refletir sobre os avanços e desafios da saúde mental no cenário brasileiro; Fomentar investimentos e ampliação da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS; manter o movimento em prol dos direitos da pessoa em sofrimento psíquico; ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS; fortalecer o movimento de transformação da Política de Assistência na Atenção Psicossocial.

Resultados: A ação culminou numa carta que esboça a realidade das diferentes regiões catarinenses. A partir dos relatos dos participantes do evento em todas as regiões do Estado foi possível constatar as seguintes situações: 1. Os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, em sua grande maioria, são organizados com precarizações em seus espaços físicos. 2. O número de CAPS para atender a demanda ainda não é correspondente ao que prevê a legislação. 3. A Região da Grande Florianópolis não possui Centro de Convivência e Cultura para atender a população. Esse fator fragiliza o convívio e as atividades culturais e lúdicas, prejudicando a formação de laços de sociabilidade e afeto. 4. Os serviços, visando desinstitucionalização como as Residenciais Terapêuticas, não têm sido implementadas. A falta de investimento nos Serviços de Residência Terapêutica (moradias destinadas a cuidar de pessoas com transtornos mentais que passaram muito tempo internadas em manicômios) impedem o atendimento e assistência a um número significativo de pessoas que se encontram institucionalizado nos Hospitais Psiquiátricos e de Custódia, mesmo após atestado sua liberação. 5. Ausência de CAPS III, conforme prevê a legislação. Esse tipo de CAPS atende a população 24h, sete dias por semana. É implantado em cidades com mais de 200 mil habitantes. Este serviço é fundamental e poderia evitar muitas internações nos hospitais psiquiátricos. 6. Em contrapartida ao processo de precarização da assistência em saúde mental no Estado, existe financiamento público das comunidades terapêuticas, que historicamente trabalham com o isolamento social e na contramão da desinstitucionalização do indivíduo. 7. O Estado de Santa Catarina, por meio da sua Secretaria de Saúde precisa prestar esclarecimentos sobre manter tantos leitos em Hospitais Psiquiátricos e criação de instituições asilares num mesmo espaço geográfico, em detrimento, a criação de leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais? 8. O Estado de Santa Catarina, por meio da sua Secretaria de Saúde, precisa prestar esclarecimentos sobre os investimentos em instituições asilares, como comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos em detrimento do financiamento de equipamentos e programas públicos, como os consultórios de Rua, CAPS AD 24h, CAPS III, as Unidades de Acolhimento e Centros de Convivência e Cultura. 9. Há falta de financiamento e apoio Municipal as Associações de Usuários. Inviabilizando a mobilização social, as articulações políticas, o protagonismo dos usuários e, conseqüentemente, sua reinserção social. 10. Usuários, familiares e trabalhadores da Saúde Mental relatam

preocupação em relação ao estado crônico das pessoas em sofrimento psíquico devido ao excesso ou uso inadequado de medicamentos. 11. Além da precarização dos espaços físicos, usuários, trabalhadores e familiares relataram a precarização dos atendimentos realizados no CAPS. Podendo ser destacado que: nem sempre os usuários são inseridos no planejamento do projeto terapêutico; concepção de “cura” do sofrimento psíquico ainda é predominante nesse contexto; e a realização de projetos sem caráter terapêutico. 12. Os Serviços da Rede de Atendimento a Atenção Psicossocial exploram pouco os recursos disponíveis no território. 13. A Rede de Atendimento a Atenção Psicossocial não estão, em linhas gerais, adequada conforme legislação. Os pontos da Rede não estão preparados para atender as pessoas com transtornos mentais, dificultando a continuidade do tratamento e sua reinserção social na comunidade. Fatores que proporcionam a perpetuação de uma sociedade excludente. 14. A rede de atenção psicossocial ainda não se expandiu para atenção a sofrimentos psíquicos diversos, em nível ambulatorial e que não se caracterizam como sofrimento psíquico severo e persistente. A Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis faz do NASF o espaço de tentar atender essa demanda, em detrimento das ações de promoção da saúde que deveriam ser prioridade da atenção primária.

11.5.5. Ações em defesa dos princípios da Reforma Psiquiátrica e efetividade da RAPS em SC

- GT Desinstitucionalização UFSC: Reuniões: 26/02; 17/04; 08/05
- Roda de Conversa em 19/05 – Sobre Luta Antimanicomial no GT Desinstitucionalização
- Reunião com Deputada Ana Lima: em 09/07 para entrega de dossiê para constituição do GT de Atenção Psicossocial da Comissão de Saúde da ALESC.

11.5.6. Manifestação Pública em defesa da Reforma Psiquiátrica: 16/12

Justificativa: Ao mesmo tempo em que são comemoradas as conquistas que impulsionaram a reforma psiquiátrica brasileira, também reitera-se o compromisso de manter o movimento em prol da transformação da política de assistência na Atenção Psicossocial. Em Santa Catarina, o CRP 12, ao participar das discussões e construção do modelo substitutivo ao modelo hospitalocêntrico, vem se mantendo com a categoria, na reafirmação de direitos alcançados com a Reforma Psiquiátrica.

Militantes do movimento antimanicomial de todo o país se mobilizaram, em dezembro de 2015, pedindo a renúncia do coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, Valencius Wurch Duarte Filho, empossado no início daquele mês. Para os trabalhadores na saúde mental, pacientes, familiares e demais militantes, ele representa um retrocesso na luta antimanicomial e na reforma psiquiátrica implantada no país a partir da Lei 10.216/2001, que instituiu os cuidados psicossociais aos pacientes e não mais o isolamento e a internação.

O CRP-12 e demais entidades catarinenses que militam no movimento antimanicomial realizaram manifestação de rua no dia 16 de dezembro de 2015. O CRP-12 ainda realizou coleta de assinaturas em um abaixo-assinado que será enviado para a Comissão de Saúde da ALESC e Ministério da Saúde.

Objetivo: Mobilizar a categoria e a sociedade em defesa da reforma psiquiátrica e pelo fim dos manicômios.

Resultados: A mobilização em defesa dos preceitos da Reforma Psiquiátrica e contra a posse de Valencius Wurch Duarte Filho, atual coordenador geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde foi uma ação que contribuiu nacionalmente com outras mobilizações com o mesmo objetivo. No estado de Santa Catarina, tal evento ampliou a visibilidade do tema, tanto nas mídias do CP-12, como na mídia aberta, visto que a mobilização foi noticiada pela mídia estadual.

11.5.7. Parceria na organização do XI Encontro Catarinense de Saúde Mental a ser realizado pela ABRASME, de 14 à 16/10, UFSC, Florianópolis.

Justificativa: Tradicionalmente, o CRP-12 tem contribuído para realização do Encontro Catarinense de Saúde Mental. Esse encontro, embora mantenha seu nome tradicional, tem abrangência nacional e caráter internacional, contribuindo para discussões, debates e reflexões sobre temas de importância para o campo da saúde mental e para ampliação do conhecimento científico. A XI edição do evento teve como tema “*A cidade e a saúde: vivências na dimensão psicossocial*”, julgado extremamente pertinente ao panorama atual de reforma do modelo assistencial em saúde mental. Em pauta estão as discussões sobre a natureza e a vigência da cidadania sem discriminação, os equipamentos, as oportunidades, as potencialidades da vida em comunidade e da cidade como um todo, assim como a fragilidade, a fragmentação e os obstáculos ao exercício pleno da cidadania. O tema nos remete à vida cotidiana das famílias, das crianças, do trabalho, da educação, da cultura, da arte, do esporte, do lazer, do meio ambiente, da mobilidade e das influências que estes e outros fatores exercem sobre as relações interpessoais, institucionais e, contingencialmente, sobre a psique. Remete, ainda, à reflexão e reintegração de conceitos, saberes e ações no contexto da rede de atenção e cuidado em saúde mental e atenção psicossocial, considerando seu grau de humanização, eficácia, efetividade e eficiência. Discutir-se-ão práticas, concepções teóricas e estratégias que se ligam, de uma ou outra forma, às Políticas Nacionais de Saúde Mental e sobre Drogas, de Humanização, de Direitos Humanos e outras de interesse no meio acadêmico, entre gestores, profissionais da atenção psicossocial e sociedade em geral.

Objetivos: Contribuir na organização e financiamento do XI Encontro Catarinense de Saúde Mental, propiciando efetivamente o avanço social, técnico, epistemológico e político do Sistema Único de Saúde, fortalecendo a Rede de Atenção Psicossocial.

Reuniões de Planejamento UFSC: 29/04; 13/05; 20/05; 27/05; 30/06; 10/06; 15/06; 17/06; 01/07; 08/07; 15/07; 29/07; 05/08; 19/08; 26/08; 02/09; 09/09; 16/09; 23/09; 30/09; 10/10;

Resultados: O CRP-12 foi um dos protagonistas do evento que teve a participação de mais de seiscentas pessoas formalmente inscritas, além de expositores, profissionais liberais, estudantes, usuários e centenas de visitantes da comunidade em geral. O evento ofereceu treze oficinas, doze minicursos, dez mesas-redondas, duas palestras, uma conferência magna e um simpósio paralelo, além de duzentos e treze trabalhos apresentados nas modalidades pôster e roda de conversa. A parte cultural do evento contou com três peças teatrais encenadas por usuários dos Centros de Atenção Psicossocial de Indaial, São José e Florianópolis.

Reuniões de Planejamento UFSC: 29/04; 13/05; 20/05; 27/05; 30/06; 10/06; 15/06; 17/06; 01/07; 08/07; 15/07; 29/07; 05/08; 19/08; 26/08; 02/09; 09/09; 16/09; 23/09; 30/09; 10/10;

11.5.8. Realização de mesa redonda com caráter de Evento Preparatório ao IX CNP - A Rede de Atenção Psicossocial em Santa Catarina: a RAPS que temos e que queremos

Justificativa: Na lógica do compromisso social mais crítico por parte de setores organizados da sociedade, faz necessário zelar por um conjunto de dispositivos de saúde mental extramuros, substituindo os velhos e ultrapassados manicômios por uma Rede de Atenção Integral em Saúde Mental em espaços abertos na comunidade. Romper com os velhos modos de tratar a loucura, que se perpetuavam ao longo da história, sustentados pelas noções de periculosidade e de incapacidade, que legitimavam a exclusão dos ditos loucos.

Em 2013/2014 foi realizado um mapeamento da situação da RAPS pela Coordenação de Saúde Mental de SC e ficou constatado um grande déficit relacionado aos serviços que visam a desinstitucionalização. O número de CAPS ainda não é correspondente ao que prevê a legislação, e serviços como Serviços Residenciais Terapêuticos, Unidades de Acolhimento e Centros de Convivência, por exemplo, não tem sido implantado. Esta e uma série de outras necessidades são apontadas conforme Parecer Técnico N° 08/2014 do Ministério da Saúde a respeito do Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado de Santa Catarina.

Objetivos: Dialogar sobre como está a Rede de Atenção Psicossocial em Santa Catarina, bem como, perspectivas sobre o que queremos para a RAPS em SC.

Data da atividade: 16/10/2015

Resultados: Visando atender esses objetivos, na tarde do dia 16 de outubro, o CRP- 12 organizou a Mesa Redonda “A Rede de Atenção Psicossocial em Santa Catarina: o que temos e o que queremos”. A mesa, mediada pela conselheira presidente Jaira Rodrigues, contou com a presença de Alexandre Teixeira Trino, Coordenador adjunto de Saúde Mental Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde; Celso Luiz Dellagiustina, assessor técnico da Comissão de Saúde da ALESC; e o psicólogo Marcos Vinícius de Oliveira Silva.

11.5.9. Reunião de Mobilização dos Movimentos Sociais para participação do XI Encontro Catarinense de Saúde Mental

Justificativa: Visando atender os objetivos do XI Encontro Catarinense de Saúde Mental, por meio de uma comissão organizada, foram pensadas estratégias para mobilizar a participação de movimentos sociais e entidades do controle social do SUS no evento. O objetivo é torná-los protagonistas do evento, nos debates, trocas de experiências e saberes entre comunidade acadêmica, técnicos, gestores e profissionais ligados à Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Objetivos: Mobilizar rede de serviços de Atenção Psicossocial, movimentos sociais, usuários, familiares a participar de mobilização em prol dos direitos da pessoa em sofrimento psíquico no XI Encontro Catarinense de Saúde Mental.

Data da atividade: 15/06 e 01/07

Resultados: A partir das reuniões foi possível traçar estratégias para mobilizar os movimentos sociais para participarem do evento. Uma das estratégias foi criar uma mesa redonda que possibilitasse o diálogo.

11.6. Criação do GT Interinstitucional Saúde Suplementar.



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crp12.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

11.6.1. Reuniões do GT: 05/06; 03/07; 24/07; 14/08; 18/09; 02/12.

11.6.2. Reflexão sobre Presença da Psicologia na Saúde Suplementar e da Psicoterapia no Campo da Saúde (Evento Preparatório do 9º CNP)

Justificativa: Com base no trabalho de outros Conselhos Regionais, bem como com base nos dados da COF do CRP 12, os psicólogos que tendem por meio da saúde suplementar têm uma relação muito preconizada com os planos de saúde, seja enquanto projeto profissional ou enquanto quantidade de atendimento propriamente dito. Ou seja, ficam evidentes problemas relativos aos contratos de trabalho e pagamento pelo trabalho realizado, bem como há até exigências hostis para o psicólogo como ausência de outro vínculo empregatício. Há também indicado problemas com relação à manutenção de vínculo de atendimento quando do término das sessões autorizadas, bem como há ainda interferência na autonomia profissional tendo em vista que muitos planos têm o médico como mediador da relação usuário e psicólogo.

Objetivo: Qualificar o campo de atuação de psicólogos em saúde suplementar.

Ações: Realizar debate *on line* sobre saúde suplementar dando visibilidade sobre as problemáticas mais presentes no campo; Fazer levantamento com psicólogos que atendem por meio de planos de saúde sobre sua realidade de trabalho.

Resultados: A partir das discussões acumuladas de 2015 entendeu-se que se faz necessário o enfrentamento político direto com os planos de saúde, primeiramente, bem como, antecedido pela discussão com a ANVISA, acerca dos pontos mais conflitantes. Ainda que as médicas sejam estaduais, a experiência nacional é a de que tem surtido acordos nessas conversas. Assim, as ações devem envolver, além da discussão junto a entidades relacionadas aos planos de saúde, a elaboração de materiais instrutivos e manutenção de discussão interna no CRP que envolva e amplie a crítica à ética e técnica nesse campo.

11.6.3. Ações junto a Saúde Indígena

- Participação na III Plenária Ordinária do CEPIN em 07/07, objetivando articulação da participação das etnias indígenas no dia 27 de agosto.

11.6.4. Reunião de Diretoria com estudantes indígenas objetivando apresentação do projeto de apoio ao III ENEI: 06/03

Justificativa: O CRP12 firmou parceria com comissão organizadora do III ENEI, formada por representantes dos estudantes indígenas da UFSC, em reunião realizada na Sede do Conselho dia 06/03/2015 com a diretoria e representante do Eixo Saúde.

Objetivo: Apoiar e divulgar o III ENEI.

Resultados: A participação do conselho no encontro aconteceu por meio de Representantes da Comissão de Direitos Humanos e do Eixo Saúde da Comissão de Políticas Públicas (CPP). O evento apoiado pelo CRP-12 configurou-se em importante fórum de debate da questão indígena.

11.6.5. Apresentação Cultural Povos Indígenas - CEPIN

Justificativa: No percurso histórico, os povos indígenas têm passado por transformações. Suas formas de existir, sua relação com a terra, a cidade, a cultura, a educação, a informatização, com os processos de saúde/ doença são afetados na mesma proporção. Diante disso, o Conselho Regional de Psicologia tem promovido debates, discussões com objetivo de ampliar o conhecimento sobre a diversidade cultural do País, visando atender as necessidades a sociedade atual.

Objetivos: O Objetivo é fomentar os espaços de diálogo, a participação nas Políticas Públicas de atenção a população indígena e o desenvolvimento de novas práticas alternativas que subsidiem a atuação da Psicologia nesse contexto.

Resultados: No dia 30 de Abril, o CRP-12 esteve presente na Cerimônia de Apresentação Cultural dos Povos Indígenas de Santa Catarina, realizado no Centro Integrado de Cultura - CIC. O encontro promovido pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas (Cepin/SC) teve a presença das três etnias do Estado: Guarani, Kaingang e Xokleng. Foi uma tarde de comemorações com manifestações culturais e artísticas em memória ao dia do Índio. Mas, também foi uma tarde de reflexão. Os representantes dos povos indígenas apresentaram, de forma incisiva, o processo de invisibilidade, isolamento e silenciamento os quais foram confinados desde o período da colonização. Nesse cenário, em que, os investimentos do Governo e das grandes áreas de conhecimento têm sido ínfima considerando os danos causados, a Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), Angela Albino resgatou na sua fala a “dívida histórica” com a população indígena, constatando a necessidade de diálogo e aliados no Governo para atender as reivindicações das etnias.

11.6.6. Mesa Redonda: Psicologia e Povos Indígenas – II Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Profissão.

Justificativa: O CRP 12 alinhado ao planejamento estratégico do eixo saúde referente ao ano de 2015, busca criar espaço para visibilidade da temática Indígena e suas lutas. A intervenção da psicologia na área da saúde em sua atuação com as populações indígenas deve ser estabelecida levando em consideração as múltiplas determinações que dão contorno à complexa realidade vivida pelas populações indígenas. A Mesa Redonda Psicologia e povos Indígenas no Congresso Catarinense Ciência e Profissão teve o objetivo de debater conceitos fundamentais na área da Saúde em sua interface com a subjetividade. Dados da Mesa Redonda: Coord. Joice Danusa Justo; Bruno Simões Golçalves – CRP06; Lumena Celi Teixeira – CRP06. Sabrina Della Vechia Scarabelot – Colaboradora CRP12.

Objetivos: Promover espaço de apresentação e discussão da interface entre o campo da saúde, a psicologia e a atuação com populações indígenas; Contextualizar e apresentar a nível de realidade indígena brasileira, a discussão e os materiais e conhecimentos produzidos por psicólogos acerca desta temática; Fomentar a promoção de espaços de troca, discussão e

relatos de experiências entre os profissionais, a partir das demandas desta população; Problematizar a atuação dos psicólogos no contexto indígena, de acordo com a especificidade étnica, de cada realidade de SC; Criar espaço para visibilidade da temática indígena dentro do II Congresso Catarinense Psicologia Ciência e Profissão, visando ampliar espaços de troca entre os psicólogos interessados no tema ou que trabalhem com indígenas.

Resultados: Participaram como ouvintes cerca de 20 psicólogos que permaneceram do início ao fim e que ajudaram a construir um rico debate, contribuindo com falas e perguntas dirigidas aos componentes da mesa, acerca de suas experiências na prática da atuação junto à população indígena.

Foram debatidas questões que dizem respeito à importância de se conhecer as diferentes dimensões da chamada “questão indígena” e como ela afeta a população atendida, reconhecer a efetivação de sua autonomia via gestão de seus territórios e de seus processos de trabalho e as dinâmicas interculturais próprias no campo da ética, política e espiritualidade, bem como a necessidade de conhecimento da história de cada etnia. Foi debatida também a necessidade de que o psicólogo conheça a concepção de saúde e de doença própria à cosmovisão e memória histórica da população que está atendendo.

11.6.7. III Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas – ENEI: 28/09 à 02/10

Justificativa: O III Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, realizado em 2015 na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, buscou dar continuidade às reflexões e discussões iniciadas e desenvolvidas em 2013 na UFSCar em São Carlos-SP e 2014 em quatro universidades (UCDB, UFMS, UEMS e UFGD) em Mato Grosso do Sul-MS. O objetivo do encontro é criar espaços de discussão e socialização de pesquisas e trabalhos, tendo em vista contribuir para a formação de profissionais indígenas que melhor atendam as demandas de suas comunidades. O encontro possibilita que acadêmicos e pesquisadores indígenas do Brasil possam trocar experiências sobre suas trajetórias nas Instituições de Ensino Superior, sobre os

desafios que percebem quando adentram a Universidades, bem como fortalecer, enquanto acadêmicos o movimento indígena nacional.

O CRP 12 alinhado ao planejamento estratégico do eixo saúde referente ao ano de 2015, busca criar espaço para visibilidade da temática Indígena e suas lutas. O estudante indígena enfrenta inúmeras dificuldades ao ingressar na universidade. As várias formas de preconceito e discriminação e a dificuldade financeira são grandes dificultadores não só da permanência do estudante no ambiente acadêmico, como também da vivência igualitária deste ambiente.

Objetivos: Participar e apoiar o III ENEI – Encontro dos Estudantes Indígenas.

Resultados: O III ENEI reuniu estudantes indígenas de vários estados do Brasil e também representantes das lutas na Colômbia e do México com a participação de um representante do movimento zapatista.

As discussões giraram em torno de várias temáticas que compõem a causa indígena, como saúde, territorialidade, violência e criminalização, os desafios do ensino superior, a permanência e o acesso. O encontro foi cenário para inúmeras manifestações políticas e culturais bem como espaço para que representantes indígenas de outros países narrassem suas lutas.

Os debates trouxeram a situação específica do indígena dentro da universidade no momento atual com a política de cotas, que da maneira como acontece hoje, pode resultar na diminuição do número de vagas nas universidades em função da concorrência entre as minorias, onde os indígenas entram em desvantagem.

Foi discutida também a necessidade de criação de uma universidade indígena, bem como levantada a proposta de retomada e ampliação dos cursos específicos para as populações indígenas.

11.6.8. Ação em face da luta pela não privatização do SUS (Capital Estrangeiro e OCIPS)



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

Justificativa: A Medida Provisória 656 (MP 656/14), aprovada no apagar das luzes de 2014, que versava inicialmente sobre isenção fiscal para aerogeradores, passou a incluir por meio das emendas de deputados federais (foram acrescentados por volta de cem artigos), outros tópicos desconexos com seu conteúdo original, como a autorização para o capital estrangeiro investir na saúde brasileira. A Medida Provisória gerou protestos de diversas instituições, incluindo o Manifesto de Entidades do Movimento da Reforma Sanitária, que também se posiciona contrariamente ao investimento estrangeiro na saúde.

A Lei 13.097 viabiliza a abertura total do setor de serviços de saúde ao capital estrangeiro, sem distinção entre entidades com e sem fins lucrativos, e foi aprovada sem nenhum debate nas instâncias decisórias do SUS e sem participação social. A maior preocupação dos profissionais da saúde e do Movimento da Reforma Sanitária é que a saúde acabe por se tornar uma mercadoria, o que implica na limitação do acesso a quem tem dinheiro, em sentido claramente oposto aos princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde: universalidade, integralidade e equidade.

Foi elaborado em início do ano de 2015 um texto, publicado na quarta edição da Revista Psicologia em Movimento do Conselho Regional de Psicologia 12ª região, que problematizou a questão da entrada do capital estrangeiro no SUS. É importante enfatizar que este tema foi foco de debate e manifesto nas etapas da 15ª Conferência Nacional de Saúde. O referido texto foi enviado para mídia aberta e espaços de controle social.

Objetivos: Problematizar e divulgar para/na sociedade a autorização da entrada do capital estrangeiro no SUS.

Resultados: O referido texto fez eco às discussões levantadas no país inteiro pelos defensores do SUS, compondo a problematização e deliberação acerca do tema realizada também nas várias etapas da 15ª Conferência Nacional de Saúde. É necessário ressaltar que todos os psicólogos do estado de Santa Catarina recebem um exemplar da Revista Psicologia em Movimento, o que amplia a possibilidade de divulgação deste importante tema no campo da saúde. No ano de 2015 o número de psicólogas (os) inscritas (os) no CRP 12 passou de 10 mil, o que implica evidenciar que este foi o número mínimo de pessoas que receberam em

suas casas um exemplar da revista onde o referido texto foi publicado. O texto também foi divulgado nas outras mídias do conselho, como site, Facebook e Boletins Eletrônicos.

11.6.9. Debate sobre Conceitos Fundamentais em Saúde que Envolve Saúde e Subjetividade (Mini curso no Congresso Psicologia Ciência e Profissão)

Justificativa: No Brasil, têm ocorrido avanços na organização de políticas públicas destinadas à população, com novidades específicas na consideração da subjetividade das pessoas atendidas pelos serviços de saúde. No plano da Lei, é condição o oferecimento de uma saúde que seja integral. Contudo, nas práticas, os serviços quase sempre têm projetos rarefeitos na participação dos profissionais não médicos, aonde se inclui os psicólogos. No plano das práticas, ainda, ou na efetivação e institucionalização dos serviços, a subjetividade da pessoa atendida ainda é fortemente considerada apenas quando relativa a um quadro extremo ou psicopatologia constituída, e quase sempre em projetos ainda de caráter excludentes da pessoa atendida. Inexiste rede de atenção psicossocial que alcança *in totum* o setor saúde, vislumbrando dimensões mais amplas do sofrimento das pessoas. Apesar dos esforços em contrário, inclusive incluindo o controle social, fica evidente que o campo mostra-se balizado pela dicotomia entre a modelo médico e integral, no qual saúde mental e atenção psicossocial não alcançam amplitude do que seja saúde.

Objetivo: Discutir conceitos envolva saúde e subjetividade, que levem à ampliação da possibilidade da integralidade.

Ações: Realização de Mini-curso Subjetividade nos contextos de saúde: da integralidade à política na construção do cuidado, no CBP.

Resultados: A execução da mesa, a o abordar dimensões históricas, epistemológicas, metodológicas e tecnológicas sobre a ação em face da subjetividade no setor saúde, possibilitou a reflexão ética acerca da integralidade como condição *sine qua non* para a consecução da ética.

11.6.10. Articulações com instâncias governamentais e de controle social



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

11.6.10.1. 11/02: Reunião com Deputada Luciana Carminatti

Justificativa: No início deste ano, representantes do CRP-12 e do GT de Desinstitucionalização, em reunião com a deputada Luciane Carminatti, apresentaram os problemas enfrentados pelos profissionais da área da Saúde Mental em SC, destacando as dificuldades para efetivar o atendimento na Rede de Atenção Psicossocial. Estiveram presentes a presidenta do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região e o Coordenador do GT de Desinstitucionalização Walter Ferreira de Oliveira, que explicitaram a necessidade urgente de combater iniciativas que representam um retrocesso em termos de conquistas históricas e que são, inclusive, contrários à Lei vigente no nosso sistema de saúde. Nesta reunião foi reivindicando a reativação da Subcomissão de Atenção Psicossocial, dentro da estrutura da Comissão da Saúde da ALESC, lembrando à deputada que “O Poder Legislativo é um parceiro fundamental para os movimentos sociais e entidades ligadas à saúde, para obtermos do governo do estado maior atenção à Saúde e a implantação efetiva do que a Lei já prevê na área de atendimento Psicossocial”.

Objetivo: Solicitar apoio a reivindicação da reativação da Subcomissão de Atenção Psicossocial, dentro da estrutura da Comissão da Saúde da ALESC.

Resultados: A deputada Luciana Carminatti confirmou seu apoio à causa e indicou a necessidade de nova reunião com a presidente da Comissão de Saúde da ALESC, a deputada Ana Paula Lima.

11.6.10.2. 18/03: Reunião com Deputada Ana Lima - Presidente da Comissão de Saúde da ALESC.

Justificativa: No dia 18/03 o CRP-12 esteve reunido com os assessores Celso e Erlédio, ambos representando a deputada Ana Paula, para tratar do assunto. Eles informaram que a Atenção Psicossocial está entre os cinco pontos prioritários da comissão em 2015. O CRP-12

solicitou que a reativação da subcomissão fosse formalizada na reunião ampliada da Comissão de Saúde, onde participam todos os parlamentares.

Objetivo: Solicitar apoio à reivindicação da reativação da Subcomissão de Atenção Psicossocial, dentro da estrutura da Comissão da Saúde da ALESC.

Resultados: A partir das articulações com a ALESC, foi criado um grupo de trabalho – GT em saúde mental, para subsidiar a Comissão de Saúde da Alesc sobre assuntos relacionados a essa temática.

11.6.11. Participação e divulgação das etapas da 15ª Conferência Nacional da Saúde Controle Social

Justificativa: O ano de 2016 foi de extrema importância para usuários, trabalhadores e gestores do setor saúde, pois nele ocorreu a 15ª Conferência Nacional de Saúde convocada por meio de Decreto Presidencial, no qual indica sua ordenação e a organização das etapas municipais, estaduais e nacional. O CRP 12 entende que o temário proposto para a 15ª Conferência Nacional de Saúde “SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA CUIDAR BEM DAS PESSOAS”, bem como seu eixo principal “DIREITO DO POVO BRASILEIRO”, dizem respeito diretamente à dimensão subjetiva das pessoas, e desse modo é imprescindível a participação mais efetiva da psicologia através da mobilização e convocação da população em geral para a participação neste processo, e não apenas por meio da participação direta dos psicólogos na Conferência.

Objetivo: Potencializar a participação de psicólogos nos espaços de controle social em saúde, em especial a CNS.

Ações: Acompanhamento do Fórum em defesa do SUS na etapa pré-conferência; Acompanhamento do cronograma das etapas municipais, estaduais e nacional; Elaboração de Material informativo e preparatório; Reunião de psicólogos participantes nas conferências, na sua etapa estadual.

Resultados: O envolvimento do CRP nas conferências se deu muito mais visando o estímulo à participação dos psicólogos no processo. A problematização do temário junto aos

psicólogos fez parte dessa estratégia. O CRP 12 conseguiu participar como convidado da etapa estadual sendo, junto a outros psicólogos colaboradores, articulador de propostas consoantes à dimensão subjetiva que envolve as ações em saúde.

11.6.12. 27/10: Reunião com Deputado Cleiton Salvaro e ACM sobre o Projeto de Lei que versa sobre a atividade das Doulas em SC.

Justificativa: O CRP-12 apoiou ao mérito do PL 208.4/2013, de autoria conjunta de Angela Albino e Darci de Matos, que dispõe sobre a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitada pela parturiente. Doulas são pessoas capacitadas para dar apoio e acompanhamento contínuo a parturiente, desde a gestação até o pós-parto, passando por todo o trabalho de parto e nascimento. Esse trabalho resgata práticas humanizadas tradicionais de assistência ao parto e nascimento, além de potencializar o fortalecimento feminino sobre as decisões relacionadas ao seu corpo e sobre o seu parto.

Objetivos: O objetivo foi discutir o conteúdo desse Projeto de Lei e ajudar a construir novos parâmetros que colaborem com o trabalho das doulas e permita uma regulamentação mais detalhada dessa atividade, já que a mesma é tida apenas como ocupação no Ministério da Saúde, mas acaba interagindo com várias profissões regulamentadas. Entre os itens discutidos no PL 208/13, estão questões trabalhistas dessas profissionais, tanto no âmbito do SUS, como na saúde suplementar; aspectos relacionados à habilitação e treinamento; parâmetros técnicos, éticos e legais para o exercício da ocupação.

Data da atividade: 28/09 reunião na Associação Catarinense de Medicina e 27/10 reunião na ALESC – Gab. Dep. Cleiton Salvaro

Resultados: O Conselho Regional de Psicologia participou do diálogo que propôs melhorias no Projeto de Lei 208/2013, de autoria de Darci de Matos (PSD) e da então deputada estadual Angela Albino (PCdoB). A partir das indicações realizadas em parceria com outros conselhos profissionais, a Comissão de Saúde da ALESC formulou uma emenda substitutiva que

possibilitou a lei foi sancionado sem vetos pelo Governador na sexta-feira (15/1). As casas de parto, maternidades e hospitais das redes pública e privada de Santa Catarina são obrigados a permitir a presença de doulas, profissionais capacitadas para oferecer conforto físico e emocional a mulheres desde o período de trabalho de parto até o pós-parto imediato.

11.6.13. Reuniões de articulação do Fórum Catarinense dos Conselhos Profissionais de Saúde: 09/12; 18/12

Justificativa: Tendo em vista que há uma grande necessidade de contínuo avanço no processo organizativo entre os conselhos de saúde, o Conselho regional de Psicologia-12ª Região, tem articulado com os demais conselhos profissionais da área da saúde a construção de um Fórum Catarinense dos Conselhos Profissionais de Saúde. A reunião faz parte de um acordo entre os Conselhos Profissionais realizado em março de 2015, onde foi deliberado sobre o revezamento das representações no CES.

Objetivos: O Fórum tem como objetivo fortalecer espaços democráticos de mobilização e articulação entre os conselheiros de saúde, possibilitando discutir questões conjunturais e estruturais para a área da saúde. Além disso, busca sinergias e integração entre conselhos para potencializar ações conjuntas e pautas comuns.

Data da atividade: 27/11 e 18/12

Resultados: O Fórum tem sido um importante espaço para dialogar sobre as pautas comuns entre os conselhos profissionais da saúde. As reuniões realizadas tem somado esforços para consolidar este espaço permanente de articulação. Entre as pautas discutidas estão: 1) GT Desinstitucionalização; 2) Inoperância do Conselho Estadual de Saúde de SC; 3) Grupo de Trabalho de Atenção Psicossocial da Comissão de Saúde da ALESC; 4) Acesso a Saúde no Sistema Prisional; 5) Política sobre álcool de outras drogas em SC; 6) condições relacionadas à saúde suplementar e as implicações éticas e técnicas na atuação.

11.6.14. Representações:



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

11.6.14.1. Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN

- Reuniões do Conselho: 06/01; 13/01; 20/01; 27/01; 03/02; 10/02; 24/02; 03/03; 10/03; 17/03; 24/03; 31/03; 07/04; 14/04; 28/04; 05/05; 12/05; 19/05; 25/05; 02/06; 09/06; 16/06; 23/06; 24/06; 30/06; 07/07; 14/07; 21/07; 28/07; 04/08 ; 11/08; 19/08; 25/08; 01/09; 08/09; 15/09; 22/09; 29/09; 06/10; 13/10; 20/10; 27/10; 03/11; 10/11; 17/11; 24/11; 01/12; 08/12; 15/12; 22/12; 29/12

11.6.14.2. COMESC

Justificativa: O Comesc é um importante órgão do Conselho Nacional de Justiça, criado para subsidiar os Magistrados e demais advogados para solucionar demandas decorrentes da judicialização na saúde. Quando estratégias de viabilização não conseguem avançar na mesma proporção das conquistas de direitos, o cenário fica propício para um significativo aumento de demandas por judicialização. Dados que vem se confirmando nos últimos anos.

A exemplo, anualmente são alocados 200 milhões para atender aproximadamente 16 mil usuários com demandas de saúde judicializadas. Em contrapartida, o financiamento da atenção básica é de aproximadamente 52 milhões ano (dados apresentados pela superintendência de saúde de SC).

Objetivos: A judicialização, ao mesmo tempo em que é uma forma de garantir um direito constitucional, também pode ser adotada como uma estratégia de fragilização do SUS. Nesse sentido, A ascendência da judicialização tem remetido ao fórum discutir estratégias para qualificar o atendimento dessas demandas e principalmente, maneiras para evitar o processo.

Reuniões do Conselho: 27/01; 02/03; 06/04; 01/06; 06/07; 03/08; 14/09; 22/09; 03/11; 07/12

Resultados: A ascendência da judicialização tem remetido ao fórum discutir estratégias para qualificar o atendimento dessas demandas e principalmente, maneiras para se evitar o processo. Entre os principais resultados alcançados no Comitê pode-se destacar: 1).

Constituição por parte do Estado de um projeto piloto de Câmara Técnica para assessorar as demandas de judicialização. 2). Aprovação de um projeto de formação de gestores, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Saúde/SC. Além disso, o Comitê emitiu em 2015, quatro enunciados direcionados aos magistrados, bem como para prefeituras e secretarias de Estado e Municipais, sobre os seguintes assuntos: **Enunciado 1** - “Os Secretários Municipais de Saúde deverão ter, preferencialmente, formação superior e experiência em gestão pública.” **Enunciado 2** - “Os Secretários Municipais de Saúde deverão ter, preferencialmente, formação superior e experiência em gestão pública.” **Enunciado 3** - “É relevante que Secretaria Estadual de Saúde institua, de forma participativa, uma Política Estadual de Atenção Básica, tendo a Saúde da Família como estratégia prioritária para sua organização, respeitando as especificidades regionais, alinhada a Política Nacional de Atenção Básica, contemplando minimamente, a educação permanente, a criação de uma cultura de monitoramento e avaliação e dotando os Municípios e o próprio Estado de infraestrutura e recursos financeiros estaduais adequados.” **Enunciado 4** - “É relevante que a Secretaria Estadual de Saúde promova, continuamente, o desenvolvimento de profissionais em cargo efetivo nas administrações estadual e municipal, na área da Gestão Pública, de forma que os agentes adquiram e aperfeiçoem competências e habilidades sobre os processos de gestão, formando um Banco de Competência, que busque identificar, cadastrar e atualizar, o perfil desses profissionais com potencialidade de exercer o cargo de Secretário Municipal de Saúde e/ou equipe gestora.”

11.7. Eixo Assistência Social

11.7.1. Ação I: Reuniões de Organização do Eixo Assistência Social.

Justificativa da atividade/ação: Ação alinhada a estratégia da plenária de fortalecer os trabalhos de cada comissão e eixo, cujas reuniões periódicas contribuem para organização das atividades anuais.

Metas estabelecidas: Formar um coletivo que discuta, organize e avalie as atividades do Eixo Assistência Social

Atividades/ações realizadas: Foram realizadas reuniões do eixo, algumas delas cujo caráter não manteve estritamente o planejado em relação ao eixo, ou seja, reuniões ampliadas com outras comissões e instâncias. Cita-se:

- Reunião de planejamento do eixo em 15/01/2015;
- Reunião entre CRP-12 e FECAM, em 11/03/2015, com o objetivo de planejar a materializar outros pontos da estratégia do CRP-12, incluído o eixo Ass. Social;
- Reunião entre COF, AS e SAÚDE sobre diversas questões, em 13/03/2015, na qual foram definidos o apoio do Eixo às ações da COF (eventos, fiscalizações, etc);
- Reunião ampliada CONPAS-CFP, em 20/06/2015, cuja participação estava alinhada ao controle social e necessidade de conhecer e avaliar a participação nesse espaço;
- Reunião com representante Sul do GT Nacional Emergências e Desastres: 05/05/2015;
- Reunião sobre benefícios Eventuais COF, Eixo Assistência Social e CRESS: 14/04; 20/10; 17/11;

Demonstrações e contextualização dos resultados alcançados:



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

- a) A materialização dos resultados alcançados frente às demandas do público alvo da ação foi observada? Como? Em parte. O cronograma de reuniões não foi mantido, por conta de outras atividades as reuniões presenciais foram substituídas por encontros pontuais entre conselheiros do eixo e destes com outras comissões, priorizando-se também os contatos por meio virtual. Contudo, reuniões com outras comissões ou instâncias puderam dar sequência aos objetivos proposto a essa ação.
- b) A tempestividade da ação foi observada de que forma? Em parte, pois não se reuniu conforme cronograma previsto. Já as demais reuniões foram tempestivas.
- c) Existiu algo estrutural ou situacional que tenha prejudicado ou inviabilizado o alcance das metas bem como medidas adotadas para tratar as causas do insucesso; Faltou organização por parte dos conselheiros, disponibilidade em participar das atividades e priorização dos encontros presenciais.
- d) Os fatores que tenham contribuído para o alcance ou superação das metas estabelecidas; Ainda que as metas não tenham sido alcançadas, fatores como organização e disponibilidade de participantes do Eixo, estrutura física e funcional do CRP-12 e articulação com outras comissões fizeram com que não houvesse prejuízo a temática no âmbito estadual e nacional.
- e) Indicativos de ações futuras e complementares; Otimização de tempo e recursos para que os encontros focados na assistência social possam ocorrer casados a outros eventos, reuniões, etc. Manutenção do foco de discussão por meios não presenciais.

Indicadores utilizados para monitorar a atividade/ação realizada:

1 – Número de reuniões: 8

2 – Número de participantes: 2 a 10.

3 – Adesão dos profissionais à proposta: 2 colaboradores passaram a fazer parte do eixo.

Status Da Meta Estabelecida: A meta foi parcialmente alcançada, pois as reuniões exclusivas do Eixo não foram realizadas conforme cronograma, sendo substituídas por outros encontros e reuniões que trataram das mesmas temáticas.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Políticas Públicas 23.601,92

11.7.2. Ação II: Representação em Fóruns, Conselhos e Comissões relacionadas à Assistência Social

Justificativa da atividade/ação: Dar continuidade às representações que já estavam estabelecidas desde o plenário anterior e buscar a inserção na representação em espaços considerados primordiais. Essa ação está alinhada ao objetivo do 2º eixo do Planejamento Estratégico da Gestão 2013 – 2015, que indica a necessidade de atuar de forma protagonista junto à sociedade, buscando alianças com movimentos sociais, intervindo em políticas públicas e sociais, e criando espaços de troca e articulação.

Metas estabelecidas:

- Contribuir para o controle social, efetivação e fortalecimento da política de Assistência Social no âmbito estadual;
- Contribuir para a organização da sociedade civil participante de instâncias de controle social;
- Defender o coletivo dos/as trabalhadores/as, nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle e gestão estadual do SUAS. Ampliar a participação das entidades estaduais representativas de trabalhadores junto à

Coordenação Estadual do FETSUAS/SC. Acompanhar e intervir na elaboração e execução do Programa CapacitaSUAS, com vistas a qualificar a formação política dos trabalhadores e trabalhadoras.

- Inserir o CRP-12 como participante em novos espaços de controle social

Atividades/ações realizadas: CRP-12 esteve ativamente na representação dos seguintes espaços, conforme descrição que segue:

- **CEAS:** O Conselho Estadual de Assistência Social teve o mandato da sociedade civil finalizado em 31/12/2014, sem possibilidade de prorrogação. Como, por questões envolvendo a organização da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), não foi organizado a tempo a eleição da sociedade civil para o CEAS, a nova eleição só ocorreu em 24/02/2015. Neste pleito, o CRP-12 não foi eleito para a nova gestão.
- **FEPAS:** O Fórum Estadual Permanente de Assistência Social se reuniu ativamente, executando suas ações de representação da sociedade civil na Política de Ass. Social no estado, em especial no CEAS. A partir da nova eleição do CEAS, o Fórum diminuiu suas atividades e optou-se, de acordo com a plenária, pela troca do representante do CRP-12 no Fórum e retomada de suas atividades.
- **FETSUAS:** A representação no Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS manteve-se de acordo com o cronograma planejado, com reuniões periódicas, fomento e apoio a novos Fóruns de âmbito municipal e participação em eventos.

- **CAS/OAB:** Após convite de participação em evento, o CRP-12 manteve sua representação na Comissão de Assistência Social da OAB/SC, contribuindo para a definição do papel do advogado nessa política e qualificação dessa profissão nos espaços de controle social. As ações incluíram reuniões mensais, participação em evento de porte estadual e construção das referências para atuação do advogado no CREAS-SUAS.
- **CONPAS:** Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social, promovida pelo CFP.

Demonstrações e contextualização dos resultados alcançados:

- **A materialização dos resultados alcançados frente às demandas do público alvo da ação foi observada? Como?** Sim, através da continuidade das representações já estabelecidas e participação em nova. No âmbito década representação, diversos avanços esperados foram alcançados.
- **A tempestividade da ação foi observada de que forma?** Foi observada por meio da participação das reuniões, encontros e eventos nas instâncias de representação seguindo o cronograma proposto a cada uma.
- **Existiu algo estrutural ou situacional que tenha prejudicado ou inviabilizado o alcance das metas bem como medidas adotadas para tratar as causas do insucesso:** Não, contudo, o fato de o CRP-12 não ter sido eleito para a nova gestão do CEAS impediu a continuidade do controle social nesse espaço.

- **Os fatores que tenham contribuído para o alcance ou superação das metas estabelecidas:** Desejo dos representantes da sociedade civil (entidades e trabalhadores) em avançar a política. Disponibilidade dos conselheiros em participar das atividades proposta em cada instância.
- **Indicativos de ações futuras e complementares:** Retomada dos trabalhos contínuos do FEPAS em articulação com as demais entidades componentes; Possibilidade de retorno futuro à representação no CEAS; Continuidade, de acordo com a disponibilidade de conselheiros, da representação na CAS-OAB; Avaliação quanto a forma de continuar participando do FETSUAS; Avaliação quanto à CONPAS-CFP.

Indicadores utilizados para monitorar a atividade/ação realizada:

- **Número de reuniões:** CEAS = 1; FEPAS = 2; CAS-OAB = 6; FETSUAS = 12; CONPAS-CFP = 2
- **Número de participantes:** Em torno de 7 em cada representação
- **Adesão dos profissionais à proposta:** 1 colaborador passou a fazer parte de representação
- **Propostas geradas:** Não se aplica
- **Entidades que aderiram à ação:** Representações previstas nos regimentos de cada entidade/espaço de controle social
- **Espaços de representatividade acionados:** Ministério Público de SC, Frente parlamentar em Defesa do SUAS, CRPs entre outros.

Status Da Meta Estabelecida: Meta alcançada para 2015, tanto na manutenção das atuais representações (mesmo com a saída da representação do CEAS) como inserção em novas.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Políticas Públicas 23.601,92

11.7.3. Ação III: Participação em eventos relacionados à Política de Assistência Social

Justificativa da atividade/ação: Ação alinhada a estratégia de discutir junto à categoria questões pertinentes a este campo de atuação, bem como de dialogar com outras categorias temas considerados fundamentais ao desenvolvimento da política de Assistência Social.

Metas estabelecidas: Representar o VIII plenário do CRP-12 em eventos relacionados a construção da Política de Assistência Social, atuação dos trabalhadores e contribuições da Psicologia à consolidação da política.

Atividades/ações realizadas: O CRP-12 esteve representado nos seguintes eventos:

- I Seminário Regional do CRAS – AMNOROESTE: 04/03/2015
- I Seminário Regional do CRAS – AMAI: 05/03/2015
- VI Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social – Florianópolis: 18 à 20/05/2015
- Seminário O PAPEL DO ADVOGADO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL em SC – OAB: 12/08/2015
- Seminário de Políticas Públicas, UFSC. Fala do Conselheiro do CRP/12 sobre a “Atuação da/o Psicóloga/o junto a crianças e adolescentes em situação de violência”: 09/07.

Demonstrações e contextualização dos resultados alcançados:



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crp12@crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

- **A materialização dos resultados alcançados frente às demandas do público alvo da ação foi observada? Como?** Sim, de acordo com os eventos promovidos e apoiados pelo CRP-12. Foi possível alcançar os resultados propostos com a participação ativa dos conselheiros nos eventos citados, dialogando com os psicólogos e outras categorias profissionais participantes.
- **A tempestividade da ação foi observada de que forma?** Sim, através do respeito aos cronogramas.
- **Existiu algo estrutural ou situacional que tenha prejudicado ou inviabilizado o alcance das metas bem como medidas adotadas para tratar as causas do insucesso:** Não
- **Os fatores que tenham contribuído para o alcance ou superação das metas estabelecidas:** Disponibilidade de conselheiro; Cronograma de eventos distribuído ao longo do ano.
- **Indicativos de ações futuras e complementares:** Continuar participando nos eventos conforme surgirem os convites ou de acordo com as propostas do plenário e eixo Ass. Social.

Indicadores utilizados para monitorar a atividade/ação realizada:

- **Número de reuniões:** 5
- **Número de participantes:** Variando por evento (de 5 a 500 participantes)
- **Adesão dos profissionais à proposta:** Participação de profissionais em todos os eventos.

- **Entidades que aderiram à ação:** UFSC, FECAM, E

Status Da Meta Estabelecida: A meta foi alcançada, com indicativo de continuidade de participação em eventos.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Políticas Públicas 23.601,92

11.7.4. Ação IV: Encontros preparatórios para as Conferências de Assistência Social (Rodas de conversa FECAM)

Justificativa da atividade/ação: Considerando o ano de 2015 como ano das etapas de conferências de Assistência Social, objetivou-se realizar encontros nas regiões para discutir os eixos da conferência e a participação dos psicólogos, em parceria com a FECAM, devido a sua estrutura capilarizada pelo estado.

Metas estabelecidas:

- **I.** Reforçar a participação de psicólogos em instâncias de controle social
- **II.** Realizar 1 encontro prévio às conferências municipais de Assistência Social em cada uma das 5 macrorregiões de Santa Catarina;
- **III.** Fomentar a participação dos psicólogos e estudantes de psicologia nas conferências de assistência social;
- **IV.** Qualificar o debate e a participação do público alvo nas conferências;
- **V.** Debater o tema da Conferência (a partir de sua definição).

Atividades/ações realizadas:

- Reunião de planejamento entre CRP-12 e FECAM em 11/03/2015.
- Pré - Conferência Municipal dos Trabalhadores do SUAS: 10/06/2015.
- Conferência Estadual de Ass. Social. 16 a 18 de novembro de 2015.

Demonstrações e contextualização dos resultados alcançados:

- **A materialização dos resultados alcançados frente às demandas do público alvo da ação foi observada? Como?** Apesar da reunião de planejamento e participação de conselheiro em etapa municipal e estadual, não se realizou esta ação conforme planejado, devido a realinhamento das reuniões a serem realizadas em parceria com a FECAM. Houve, portanto, decisão de que os encontros com os psicólogos, com a FECAM como parceira, se dariam a partir do fim de 2015, sob responsabilidade da COE, tratando de rodas de conversa que apresentem os resultados das fiscalizações aos municípios, em especial dos aparelhos visitados no SUAS.
- **A tempestividade da ação foi observada de que forma?** Planejamento e participação em dia, contudo houve readequação da ação.
- **Existiu algo estrutural ou situacional que tenha prejudicado ou inviabilizado o alcance das metas bem como medidas adotadas para tratar as causas do insucesso:** Sim, a readequação da ação com objetivos citados acima.
- **Os fatores que tenham contribuído para o alcance ou superação das metas estabelecidas:** Não se aplica.

- **Indicativos de ações futuras e complementares:** Participar das reuniões de feedback sobre as fiscalizações nos aparelhos do SUAS e SUS, com parceria com a COF e FECAM.

Indicadores utilizados para monitorar a atividade/ação realizada:

- **Número de reuniões:** 3
- **Número de participantes:** Variando por evento (de 3 a 300 participantes)
- **Adesão dos profissionais à proposta:** Participação de profissionais em todos os eventos.
- **Propostas geradas:** Conforme as etapas municipal e estadual da conferência
- **Entidades que aderiram à ação:** FECAM, CEAS, etc.
- **Espaços de representatividade acionados:** Conferências

Status Da Meta Estabelecida: A meta foi parcialmente alcançada, pois houve readequação da ação.

Orçamento: Incluso no orçamento da Comissão de Políticas Públicas 23.601,92

11.8. Eixo Educação

Justificativa da Atividade/Ação: Conforme acena o documento produzido no ano da Psicologia na Educação de 2008, há uma necessidade premente de enfatizar a importância da Psicologia – enquanto ciência e profissão – e sua contribuição no que se refere a consolidação da luta pelo direito a uma educação pública, de qualidade e socialmente referendada para todos e todas, ancorada nos princípios dos direitos humanos, no respeito a diversidade e com compromisso social e político. A isso se junta o momento em que se aguarda deliberação do PL 3.688/2000, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e assistência social no quadro de profissionais das escolas públicas da educação básica. Entende-se que a atuação das (os) psicólogas (os) nesses espaços poderá contribuir para que a escola seja, efetivamente, um espaço democrático de produção e acesso ao saber, sobretudo, a população que tem reiteradamente, aviltada o direito de permanecer e continuar os estudos em contextos formais de ensino.

ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA:

- Análise do site da Comissão Nacional de Psicologia na Educação do CFP – PSINAED
- Apoio ao Seminário de Psicologia Educacional do IFSC
- Reuniões mensais ou conforme demanda
- Participação nas representações (Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina)

METAS ESTABELECIDAS:

Ação I: Realizar reuniões mensais ou conforme demanda

➤ Metas:

- Criar um espaço contínuo de discussão sobre o tema da Psicologia Escolar/Educacional;
- Planejar e dar encaminhamentos a agenda do eixo educação;

Ação II: Levantamento de projetos de Lei relacionados à inserção da Psicologia na Educação no cenário nacional e no estado de Santa Catarina

➤ Metas:

- Sistematização e análise da pesquisa;
- Roda de conversa com convite aos psicólogos (as), profissionais da educação e da assistência social para apresentação da pesquisa realizada, seus apontamentos e reflexões;
- Apresentação de trabalho no XII CONPE que tematizará sobre a Escola para Todos: Políticas Públicas e Práticas de Psicólogos’;
- Produção de artigo para a revista sobre o tema;

Ação III: Cinema com debate – documentário: ‘Tarja Branca’

➤ Metas:

- Criar um espaço de discussão sobre o tema da Psicologia Escolar/Educacional e os processos de medicalização da vida;
- Produção de artigo para a revista sobre o tema;

Ação IV: Participação nas representações (Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina e Fórum da medicalização da educação e da sociedade/ABRAPEE)

➤ Metas:

- Discutir a pauta das reuniões com antecedência e fazer proposições para a reunião

Orçamento: R\$ 15.031,83

ATIVIDADES/AÇÕES REALIZADAS

Ação I: Realizar reuniões mensais ou conforme demanda

➤ Metas:

- Criar um espaço contínuo de discussão sobre o tema da Psicologia Escolar/Educacional;
- Planejar e dar encaminhamentos a agenda do eixo educação;

Ação IV: Participação nas representações (Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina e Fórum da medicalização da educação e da sociedade/ABRAPEE)

➤ Metas:

- Discutir a pauta das reuniões com antecedência e fazer proposições para a reunião

DEMONSTRAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crp.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

- **Análise do site da Comissão Nacional de Psicologia na Educação do CFP – PSINAED:** Foi enviada ao CFP resposta à solicitação de avaliação do site em que foram pontuados as discordâncias do plenário em relação ao método utilizado para produção do site em que não contemplou a ampla participação do Sistema Conselhos nem da categoria e outras entidades importantes para a discussão do tema. Esta resposta foi divulgada para categoria por meio da publicação da revista do CRP-12.
- **Apoio ao Seminário de Psicologia Educacional do IFSC:** O evento contou com a participação de aproximadamente vinte psicólogos dentre outros profissionais da área da educação assim como estudantes de psicologia. O evento também tem caráter de evento preparatório para o Congresso Nacional da Psicologia CNP contando com elaboração de propostas para o CNP feitas pelos psicólogos. Na ocasião foi iniciado o processo de implantação do núcleo da ABRAPEE em Santa Catarina.
- **Reuniões mensais ou conforme demanda:** As reuniões aconteceram pontualmente conforme demanda, não sendo possível a realização de reuniões mensais devido a indisponibilidade de tempo das Conselheiras responsáveis, pois as mesmas participam também de outras comissões e eixos deste plenário.
- **Participação nas representações (Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina):** A participação se deu presencialmente nas reuniões do Fórum e contatos por e-mail com a colaboração de uma terceira conselheira.

STATUS DA META ESTABELECIDADA



Meta Alcançada

Meta Parcialmente Alcançada

Meta Não Alcançada

- Análise do site da Comissão Nacional de Psicologia na Educação do CFP - PSINAED
- Apoio ao Seminário de Psicologia Educacional do IFSC

Ação I: Realizar reuniões mensais ou conforme demanda

• **Metas:**

- Criar um espaço contínuo de discussão sobre o tema da Psicologia Escolar/Educacional;
- Planejar e dar encaminhamentos a agenda do eixo educação;

Ação IV: Participação nas representações (Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina e Fórum da medicalização da educação e da sociedade/ABRAPEE)

• **Metas:**

- Discutir a pauta das reuniões com antecedência e fazer proposições para a reunião

Ação II: Levantamento de projetos de Lei relacionados à inserção da Psicologia na Educação no cenário nacional e no estado de Santa Catarina

• **Metas:**

- Sistematização e análise da pesquisa;
- Roda de conversa com convite aos psicólogos (as), profissionais da educação e da assistência social para apresentação da pesquisa realizada, seus apontamentos e reflexões;
- Apresentação de trabalho no XII CONPE que tematizará sobre a Escola para Todos: Políticas Públicas e Práticas de Psicólogos’;
- Produção de artigo para a revista sobre o tema;

Ação III: Cinema com debate – documentário: ‘Tarja Branca’

• **Metas:**

- Criar um espaço de discussão sobre o tema da Psicologia Escolar/Educacional e os processos de medicalização da vida;
- Produção de artigo para a revista sobre o tema;

Orçamento: R\$ 15.031,83

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Este plenário entende que as ações não realizadas no ano de 2015 devem permanecer no planejamento de 2016, a fim de que possam ser concretizadas considerando que esta área de atuação demanda ampliação do debate e um movimento da categoria na direção da luta por uma política pública consolidada para a Educação.

11.9. EIXO PSICOLOGIA NA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA

Projeto Político/ Justificativa

Partindo do entendimento de que a Interface da Psicologia com a Justiça e Segurança Pública toca diretamente questões que estão longe de terem um consenso social, o que se reflete nas possibilidades de atuação do psicólogo neste contexto. O Eixo Psicologia e Justiça passou a compor a Comissão de Políticas Públicas dada compreensão da mesma permeia atuações de Profissionais ligados às três esferas do governo.

A partir de documento elaborado pelo CREPOP junto à COF do CRP-12, foi possível o estabelecimento de prioridades de ação baseado em levantamento sobre a atuação dos Psicólogos Catarinenses no contexto de tal interface, algumas demandas distintas, porém surgiram ao longo do ano indicando a necessidade de adequação das atividades propostas.

Objetivos

- Identificar quem são e onde atuam estes profissionais;
- Qualificar os serviços e a atuação profissional;
- Formar um coletivo neste campo de atuação;
- Historicizar referências e posições políticas e epistemológicas construídas pelo sistema conselhos;
- Organizar ações voltadas para a qualificação da atuação do psicólogo neste campo;
- Avaliar os serviços e a política de governo;
- Articular a Psicologia na rede e contribuir com a promoção das políticas públicas.

Reuniões do eixo: As reuniões aconteceram de forma presencial e tiveram como objetivo o planejamento do grupo temático, principalmente. A dificuldade em agendamento de reuniões sistemáticas foi um complicador para o cumprimento de mais tarefas. No entanto, pôde-se

evidenciar retorno de participação da categoria das atividades realizadas. Entende-se que é necessária uma sistematização das reuniões do eixo.

Reuniões: 06/02; 13/03; 24/04.

11.9.1. Representações:

- A participação no Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina – FETI/SC e no Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional.

Reuniões: 02/02; 02/03; 13/03; 10/04; 08/05; 01/06; 06/07; 21/08; 11/09; 04/12.

- Fórum Catarinense de Aprendizagem Profissional – FOCAP: se constituiu como espaço para discussões sobre questões relacionadas à erradicação do trabalho infantil e a proteção e a aprendizagem profissional do trabalhador adolescente com ênfase na garantia dos direitos fundamentais estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente ECA. Em meio às discussões apontou-se como dificuldade a questão cultural, sendo que a sociedade identifica o Trabalho Infantil como algo natural e não como uma violação de direitos. Diante disso o colegiado vem se propondo a conscientizar a população capacitar os profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos.

Reuniões: 02/02; 02/03; 13/03; 10/04; 08/05; 01/06; 06/07; 21/08; 11/09; 04/12..

11.9.2. Eventos, ações e atividades:

11.9.2.1. III Simpósio de Psicologia Jurídica – RS (16 a 18/04).



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

A participação no Simpósio facilitou uma aproximação entre o Eixo Psicologia e Justiça de conselheiros dos demais CR's do Sul responsáveis por esta temática em suas regiões. A presença do CRP-12 em tal atividade possibilitou uma discussão acerca das questões éticas envolvidas na atuação dos Psicólogos na interface com a Justiça a partir de realidades do Sul do Brasil. Foi possível realizar uma aproximação com representantes da categoria tanto de Santa Catarina, como de outros Estados.

11.9.2.2. Grupo Temático Psicologia e Justiça: convidada Aline Pozzolo Batista. Data: 29/04

O tema “A relação da Psicologia com a Escuta de Crianças no Sistema de Justiça” surgiu a partir de uma demanda manifesta pela categoria após a realização do “Levantamento sobre 'Depoimento Especial’ – Psicólogos lotados no Poder Judiciário e na Polícia Civil de Santa Catarina”, além de uma demanda espontânea de profissionais do Tribunal de Justiça de SC.

A Psicóloga Colaboradora Deise Nascimento realizou um resgate histórico dos debates acerca de tal temática no Sistema Conselhos, e a Psicóloga Convidada, Aline Pozzolo Batista realizou uma discussão acerca das possibilidades da Psicologia frente a demanda de Escuta de Crianças.

O Evento que teve transmissão online, contou com XX acessos durante a sua realização, além de receber na sede do CRP-12 XX participantes entre Psicólogos e estudantes de Psicologia. Atualmente, o vídeo de tal atividade encontra-se no canal do CRP-12 no youtube.

11.9.2.3. Seminário Regionalizado sobre gestão Municipal do Fundo para Crianças e Adolescentes – FIA: 08/07.

O seminário objetivou pensar em ações que estimulem a arrecadação do FIA fundo da infância e adolescência nos municípios por meio da capacitação de projetos adotados por empresas privadas e dedução do imposto de renda. Na ocasião foi apresentada a atual situação dos municípios e discutido sobre a importância em se manter o FIA ativo e da necessidade de incentivar a execução de projetos.

11.9.3. Articulações com instâncias governamentais e de controle social

11.9.3.1. Reunião para discussão da Minuta de Resolução sobre Escuta de Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência: 09/11

Tratou-se de reunião virtual com representantes dos CRs do Sul. Como propostas, que ficaram aos cuidados do CRP 08, a não aprovação da minuta aos moldes como se apresenta, e problematizar a rede de proteção e que escutas podem ser realizadas por Psicólogos nos vários espaços dessa rede.

11.9.3.2. Reunião Ordinária da Comissão de defesa dos direitos das Crianças e Adolescentes – ALESC: 12/08.

Foram apresentadas questões pertinentes à Psicologia tocadas Projeto de Lei (PL) 114/2014, que institui a ouvida sem dano para crianças vítimas de abuso sexual ou violência, nos órgãos de proteção e defesa das crianças e adolescentes do Estado de Santa Catarina.

O CRP pode apresentar à ALESC as discussões já presentes e consolidadas no Sistema Conselhos problematizando a proposta.

Orçamento: Incluso no orçamento A relação da Psicologia com a escuta de crianças no sistema de Justiça R\$ 2.059,28

11.10. EIXO PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – POT

JUSTIFICATIVA DA ATIVIDADE/AÇÃO:

Proporcionar espaços de discussão sobre a Psicologia Organizacional e do Trabalho visando ações de orientação da atuação, socialização das práticas realizadas pela categoria e produção de conhecimento sobre esta área, assim como, fortalecimento político, técnico e científico das/os psicólogas/os que atuam no campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho apontando e marcando as diferentes perspectivas que relacionam saúde e trabalho sob uma perspectiva interdisciplinar. Desta forma, contribuir com as discussões sobre a saúde do trabalhador tanto em relação aos profissionais de órgãos e equipamentos públicos que atuam diretamente com a temática como aqueles que lidam com as questões de saúde do trabalhador no campo da saúde mental, da saúde básica e da assistência social, nos sindicatos e em instituições de pesquisa.

ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA

- Realizar ações e eventos pautados nas demandas da categoria.
- Organizar seminários para a discussão da psicologia organizacional e do trabalho;
- Dar continuidade a organização do campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho no Estado a partir de indicativos levantados junto aos profissionais da área;
- Ampliar estudos e referências da Saúde do Trabalhador.
- Discutir relação entre a psicologia organizacional e a do trabalho.
- Discutir e Defender as atribuições do psicólogo que atua nas áreas de recursos humanos e gestão de pessoas, principalmente na interface com a administração;

METAS ESTABELECIDAS

➤ Ação I: Reuniões da comissão

- **Público Alvo:** Comissão
- **Metas:** Organizar estrutura da comissão e monitorar as ações propostas.
- **Interface:** Colaboradores
- **Metodologia:** Reunião bimestral e conforme necessidade.
- **Cronograma:** Ainda não está definido
- **Avaliação:** Avaliação processual e semestral

➤ Ação II: Fomentar pesquisas na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho

- **Público Alvo:** Categoria
- **Metas:**
 - Pesquisar as demandas por região;
 - Mapear atuação dos profissionais da psicologia organizacional e do trabalho por região;
- **Interface:** CREPOP
- **Metodologia:** via internet, via CREPOP, formulários em eventos.
- **Cronograma:** FEVEREIRO E MARÇO 2015
- **Avaliação:** Avaliação por meta.
- **Recursos:**

➤ Ação III: Participar do Fórum Saúde do Trabalhador

- **Público Alvo:** categoria e entidades que compõem o Fórum.
- **Metas:**
 - Participar das reuniões e eventos.
 - Participar da REDE VIDA NO TRABALHO

- **Interface:** entidades que compõem o Fórum Metodologia:
- **Cronograma:** Reunião mensal do Fórum estadual, nas primeiras quintas do mês. Às 14h no MPT
- **Reunião** da Rede Vida no Trabalho, mensal, todas últimas quintas do mês às 14h, itinerante.
- **Avaliação:** A cada participação

➤ **Ação IV: Produzir material informativo fundamentado na pesquisa realizada**

- **Público Alvo:** Categoria
- **Metas:**
 - Documentar as produções realizadas nos eventos;
 - Socializar as produções com a categoria
- **Interface:** Psicólogos
- **Metodologia:** Sistematização da pesquisa e resultados
- **Cronograma:** após a realização da pesquisa
- **Avaliação:** A cada atividade
- **Recursos:**

➤ **Ação V: Promover evento temático**

- **Público Alvo:** Categoria
- **Metas:**
 - Fomentar a discussão sobre temas contemporâneos da POT
 - apresentar resultado da pesquisa
- **Interface:** Psicólogos
- **Metodologia:** A definir
- **Cronograma:** Abril/2015
- **Avaliação:** Ficha de avaliação dos participantes
- **Recursos:**

ATIVIDADES/AÇÕES REALIZADAS

Ação I: Reuniões da comissão: 12/01; 06/02; 07/03; 20/06; 24/07; 25/07; 22/08; 05/09; 25/09; 21/10; 30/10; 27/11. 28/11 e 28/12.

Ação II: Fomentar pesquisas na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho: NÃO REALIZADA

Ação III: Representações

- **Fórum Saúde do Trabalhador - SST:** 05/02; 05/03; 02/04; 11/06; 02/07; 03/09; 01/10; 20/10; 19/11 e 23/12.
- **Solenidade de Lançamento da Rede Vida no Trabalho:** 28/02
- **Reunião ampliada da Rede Vida no Trabalho:** 26/02;
- **Plenária Rede Vida no Trabalho:** 26/03; 28/05; 25/06; 25/06; 30/07; 14/09; 24/09; 26/11.

- **Articulações com instâncias governamentais e de controle social:**
 - III Assembleia Ordinária do Fórum Estadual de Saúde do Trabalhador-SST: 09/04

 - II Congresso Ibero Americano sobre Assédio Moral e Institucional e IV Seminário Catarinense de Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho- UFSC: 08 a 11/10.

Ação IV: Produzir material informativo fundamentado na pesquisa: NÃO REALIZADA

Ação V: Evento Temático: Psicologia Organizacional e do Trabalho

Justificativa: O Eixo Psicologia Organizacional e do Trabalho do CRP- 12 promoveu o Evento Temático, no dia **9 de julho de 2015**, na Univali, em Itajaí. O Evento teve como tema: Os desafios da(o) Psicóloga(o) Catarinense frente à complexidade do mundo do trabalho e das organizações na sociedade contemporânea. Os subtemas foram: 1. As Organizações de trabalho na atual sociedade contemporânea. 2. A Saúde do Trabalhador no cenário catarinense.



Objetivos: O objetivo é pensar o trabalho enquanto categoria constituinte da subjetividade do indivíduo e como tal é preciso refletir sobre o trabalho do psicólogo em um cenário complexo, repensando suas práticas e intervenções nos processos e relações de trabalho e como agente promotor da saúde biopsicossocial dos trabalhadores.

DEMONSTRAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Quanto à pesquisa proposta no planejamento não foi possível realizar em função da inexistência do profissional do CREPOP para os desdobramentos necessários. Em função disso o material que seria produzido a partir desta pesquisa também não foi realizado.

Foram realizados dois eventos pautados em demandas da categoria e de profissionais desta área, aproveitado o espaço da política participação. Discutir relação entre a psicologia organizacional e a do trabalho

Foi construído material referências da atuação do RH que está sob análise da POT E COF para divulgação. Para discutir e defender as atribuições do psicólogo que atua nas áreas de recursos humanos e gestão de pessoas, principalmente na interface com a administração;

INDICADORES UTILIZADOS PARA MONITORAR A ATIVIDADE/AÇÃO REALIZADA

- **Número de reuniões da comissão:** 09 reuniões;
- **Número de participantes nos dois eventos realizados:** cerca 75 presenciais e cerca de 70 online
- **Propostas geradas:**
 - Grupo de trabalho Saúde Mental dentro do Fórum Estadual de Saúde e Segurança do trabalho
 - Apresentação de trabalhos e mesas nos eventos estaduais como Ciência e Profissão
 - Propostas para o 9CNP
- **Espaços de representatividade acionados:**
 - Fórum Estadual de Saúde e Segurança do Trabalhador
 - Rede Vida no Trabalho

STATUS DA META ESTABELECIDADA

Meta Alcançada	Meta Parcialmente Alcançada	Meta Não Alcançada
<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões da comissão • Participar do Fórum Saúde do Trabalhador • Promover evento temático 	<ul style="list-style-type: none"> • roduzir material informativo sobre atuação do Psicólogo no RH 	<ul style="list-style-type: none"> • roduzir material informativo fundamentado na pesquisa • omentar pesquisas na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Orçamento R\$ 3.041,90

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Indicativos para planejamento para 2016

- Manter representações;
- Fortalecer o GT Saúde Mental;
- Fomentar contato com psicóloga referência nesta área (grupo de psicólogos organizacionais de Joinville - buscar contato);
- Material para divulgar sobre identidade e atuação do psicólogo no RH (COF);
- Realizar pesquisa sobre POT em SC via CREPOP;
- Evento sobre cooperativa de psicólogos e como frente de trabalho dentro de trabalho (Diretoria).

11.11. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP

11.11.1.1. CREPOP: Articulações Nacionais / Estadual

11.11.1.2. Pesquisa Nacional Políticas e Ações no campo dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivo

11.11.1.3. Pesquisas/ levantamentos Estaduais:

- Comunicação
- Participação e Controle Social
- Transborde da Justiça
- GT Concursos
- Saúde Suplementar
- Mapeamento de psicólogas (os) segundo área de atuação

Justificativa: O trabalho realizado pelo CREPOP se pauta em deliberações do VII e VIII Congresso Nacional de Psicologia, bem como Assembleia das Políticas Administrativas e Finanças - APAF. O trabalho realizado pelo CREPOP traz em seu bojo o compromisso, junto à categoria, na construção de Referências Técnicas para o exercício profissional, servindo de aporte ético, normativo e técnico à atuação, e ainda, pautando-se como subsídio à intervenção do Sistema Conselhos junto às políticas públicas. No que tange à pesquisa sobre Políticas e Ações em Direitos Sexuais e Reprodutivos, definida no VII CNP, em 2013, o CREPOP se articula no sentido de realizar pesquisas relativas à temática com ênfase nas áreas da saúde e assistência social, tendo como referência diretrizes do VIII CNP a respeito da inserção e permanência da discussão de gênero e diversidade sexual, bem como direitos da mulher, que trata sobre as questões da violência contra a mulher e o aborto, bem como os direitos humanos, que trata da articulação junto a movimentos LGBT e dá ênfase ao processo transexualizador. No que se refere à pesquisa de Comunicação, a mesma pauta-se na deliberação que diz respeito à inserção qualificada da Psicologia nos meios de comunicação,

em consonância com os princípios da democratização da comunicação, e ainda, que a categoria promova debates e ações interdisciplinares sobre a democratização da comunicação. Em relação à pesquisa de Participação e Controle Social, a mesma segue deliberações relativas ao Controle Social, que trazem a necessidade de maior articulação junto a órgãos de controle social das áreas da saúde, educação e assistência social, além da manutenção de relações com movimentos sociais, a fim de garantir espaços de discussão crítica e qualificação à participação em tais espaços. Já a pesquisa de Transborde da Justiça, a mesma diz respeito à existência e à incidência de demandas do Sistema de Justiça que extrapolam os objetivos dos programas/serviços públicos municipais de saúde e assistência social executados pelas (os) psicólogas (os) e assistentes sociais. A mesma segue diretrizes do CNP no que tange à atuação das (os) psicólogas (os) junto a políticas públicas que têm sua atuação profissional deslocada para o âmbito da Justiça. A atividade do CREPOP, junto ao Grupo de Trabalho Concursos, se faz por meio da análise de editais de concursos públicos ocorridos em Santa Catarina. Compreende-se que a elaboração de referências para a atuação profissional cria indicativos para que o gestor e as agências de concursos elaborem editais com clareza das atribuições profissionais e dos conteúdos programáticos necessários a cada área de atuação, principalmente naquilo que de alguma forma possa cooperar com a valorização da profissão. Estas referências também contribuirão para que os profissionais possam se preparar para o ingresso em cargos públicos com base na ética profissional da psicologia e assim se preparar para ofertar serviços públicos de qualidade. As atividades do CREPOP junto ao Grupo de Trabalho Saúde Suplementar tiveram o objetivo de analisar, junto às (aos) psicólogas (os), o tipo de vínculo mantido com a(s) operadora(s) de planos de saúde, a avaliação da(o) profissional a respeito desse vínculo, bem como as dificuldades vivenciadas na atuação profissional. Tais atividades seguem os preceitos do VIII CNP no sentido de estabelecer referências éticas, técnicas e legais para a atuação profissional em Saúde Suplementar, além da promoção de um diálogo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e as Operadoras de Planos de Saúde. Por fim, no que se refere ao mapeamento de psicólogas (os) por área de atuação, conhecer os campos em que a (o) profissional atua permitirá ao CRP-12 congregar informações que fortalecerão o diálogo com a categoria, além de potencializar as ações realizadas

OBJETIVOS DO CREPOP:

- Identificar oportunidades estratégicas de participação da Psicologia nas políticas públicas;
- Fortalecer a presença da Psicologia nas políticas públicas utilizando ferramentas tecnológicas como forma de divulgação,
- Produção de referências para a atuação das (os) psicólogas (os), por meio da investigação de prática profissional em políticas públicas;
- Promover a articulação com gestoras (es) de políticas públicas, fortalecendo a compreensão da dimensão da atuação das(os) psicólogas(os) nessas políticas;
- Fortalecer os serviços de informação e comunicação, por meio do site do CRP-12, com intuito de privilegiar o processo de disseminação de informação sobre as políticas públicas e atuação da Psicologia;
- Fortalecer o CREPOP como Recurso de Gestão, seja na assessoria e no suporte de informações de como estão as políticas públicas locais, de localização da atuação de serviços com psicólogas (os), seja no subsídio às Plenárias dos Regionais que tem acessado o CREPOP sobre informações qualificadas a respeito da psicologia.

11.11.2. Pesquisa Nacional Políticas e Ações no campo dos Direitos Sexuais e

11.11.2.1. Direitos Reprodutivos:

- Delinear o campo de atuação dos profissionais de Psicologia que atuam em Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos;
- Produção de Referências para a atuação das (os) psicólogas(os) nas políticas de Direitos Sexuais e Reprodutivos.

11.11.3. Pesquisas Estaduais:



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

11.11.3.1. Comunicação:

- Compreender as formas como as (os) profissionais da Psicologia se relacionam com a mídia,
- Entender a imagem das (os) psicólogos e da Psicologia transmitida pela mídia;
- Apreender o reflexo da transmissão midiática de informações ao exercício profissional;
- Contribuir para a construção/solidificação da interface Mídia-Psicologia como um campo ético, político e profissional de atuação de psicólogas (os).

11.11.3.2. Participação e Controle Social:

- Desenvolver uma política de participação das (os) psicólogas(os) catarinenses em órgãos de controle social e outros espaços coletivos que visem à cidadania;
- Refletir a participação social como um elemento constituinte da subjetividade;
- Capacitar as (os) psicólogas (os) para atuação em espaços de controle social e outros espaços coletivos relacionados à cidadania;
- Identificar e divulgar os espaços de controle social e outros espaços coletivos em Santa Catarina;
- Desenvolver articulação com grupos organizados de psicólogos (os) e outros grupos no Estado.

11.11.3.3. Transborde da Justiça:



SEDE - Rua Professor Bayer Filho, 110 – Coqueiros – Florianópolis – CEP 88080-300 Fone/fax: (48) 3244-4826 – www.crpsc.org.br – e-mail crp12@crpsc.org.br

ESCRITÓRIO SETORIAL OESTE – Ed. Lazio Executivo, Avenida Porto Alegre, 427-D, Sala 802 – Centro – Chapecó – CEP 89.802-130 Fone/fax: (49) 3304-0388 – e-mail oeste@crpsc.org.br

- Identificar a existência e a incidência de demandas do Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia Civil e Conselhos Tutelares que extrapolam os objetivos dos programas/serviços públicos municipais de saúde e assistência social executados pelas (os) psicólogas (os) e assistentes sociais.

11.11.3.4. GT Concursos Públicos:

- Analisar editais de concursos públicos para o ingresso de psicólogas (os) em Santa Catarina, no ano de 2015;
- Contribuir com a qualificação dos próximos Concursos Públicos e Processos Seletivos que incluam vagas pertinentes à profissão de psicóloga (o)
- Possibilitar que os editais de concursos sigam os preceitos éticos e técnicos da profissão.
- Consolidar referências técnicas sobre os diferentes campos de atuação da (o) psicólogo.

11.11.3.5. Saúde Suplementar

- Entender a relação estabelecida entre as (os) psicólogas (os) e as Operadoras de Planos de Saúde;
- Promover contribuições para o exercício profissional nesse campo e qualificar as relações de trabalho entre as (os) profissionais da Psicologia e as Operadoras de Planos de Saúde.

11.11.3.6. Mapeamento de Psicólogas (os) por Área de Atuação

- Conhecer os campos de atuação em que as (os) psicólogas (os) catarinenses se concentram;

- Promover a aproximação e o diálogo entre as (os) profissionais e a gestão;
- Fortalecer as ações junto à categoria.

11.11.4. Apresentação de resultados:

A Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do CREPOP, ocorrida em 23 de abril de 2015, que possui o papel de efetuar o monitoramento político e demais encaminhamentos práticos desta ação deliberou: a) Site e Comunicação do CREPOP, relacionamento com ASCOM; b) Planejamento das Atividades; c) Relacionamento com Equipe Técnica; d) Encaminhamentos da Política Indutora; e) Política financeira do Crepop; f) Fluxograma das pesquisas; g) Organização de eventos Crepop – Nacional; h) Articulação do técnico e conselheiro na comissão de elaboração textual das referências. Estiveram presentes na reunião representando o Conselho Federal de Psicologia Maria Graça da Jacques, Meire Nunes Viana e Rogério de Oliveira. Representando os Conselhos Regionais de Psicologia estiveram presentes Wagner Gonçalves Saltorato (CRP 01), Marta Campos (CRP 03), Marcus Macedo da Silva (CRP 04), Andris Cardoso Tiburcio (CRP 05), Maria Ermínia Ciliberti (CRP 06), Alexandra Maria Campelo Ximendes (CRP 07), Ana Ligia Bragueto Costa (CRP 08), Wadson Arantes Gama (CRP 09), Evio Gianni Batista Carlos (CRP 11), Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP 12), Carla de Sant'ana Brandão (CRP 13), Zaira de Andrade Lopes (CRP 14), Laeuzza Lúcia da Silva Farias (CRP 15), Mariana Moulin Brunow Freita (CRP 16), Juliane de Souza Soares (CRP 17), Marisa Helena Alves (CRP 18), Regina Célia Pereira da Silva (CRP 20), Rejane Cristina Silva Coêlho (CRP 22) e Izabella Ferreira dos Santos (CRP 23).

- Reunião Telefônica com representantes do Conselho Consultivo do CREPOP, ocorrida em 29 de abril de 2015, com os presentes: Meire Viana (CFP); Marisa Helena Alves (CRP 18); Maria Ermínia Ciliberti (CRP 06), Região Sudeste; Jaqueline Calafate (CRP 23), Região Norte; Juliane de Souza Soares (CRP 17), Região Nordeste, Jaira Rodrigues (CRP 12) Região Sul, a fim de discutir a formação de um Comitê Executivo e suas atribuições junto ao CREPOP. A proposta de criação do comitê foi apresentada na APAF de Dezembro de 2015, não sendo acatada pelo

coletivo da APAF. Em seu lugar, manteve-se a sistemática de GT já utilizada neste coletivo. O GT criado irá deliberar sobre as publicações pendentes.

- Carta aberta às/aos profissionais de psicologia e à sociedade brasileira, divulgada em 14 de agosto de 2015, em que se falou a respeito da situação de sucateamento e ameaça de desmonte do CREPOP pela atual gestão do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2013 -2016).
- Apresentação do Plano de trabalho do CREPOP/SC para o VIII Plenário do CRP-12, no dia 21 de novembro de 2015, em que as atividades realizadas e planejadas pudessem ser discutidas;
- Divulgação do CREPOP no Dia do Psicólogo, por meio da exposição de referências;
- Divulgação das pesquisas em andamento, nas mídias do CRP-12;
- Divulgação das pesquisas em andamento no II Congresso Catarinense: Psicologia, Ciência e Profissão, ocorrido em 11, 12 e 13 de novembro de 2015, por meio de banner.

11.11.5. Políticas e Ações no campo dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

- Seminário: Perspectivas dos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil, ocorrido em 13 e 14 de março de 2015, trazendo discussões a respeito dos campos de atuação profissional junto às políticas de direitos sexuais e direitos reprodutivos.
- Reunião Nacional do CREPOP – Brasília/DF, ocorrida em 14 de novembro de 2015, com a participação de Conselheiros e Técnicos do CREPOP dos Conselhos Regionais de Psicologia, a fim de socializar os dados da etapa exploratória da pesquisa, discutir a respeito da nota técnica da pesquisa e demais encaminhamentos, bem como elaborar cronograma de atividades.

- Reunião Telefônica com Conselheiros do CREPOP, ocorrida em 24 de novembro de 2015, com os presentes: Lisly Teles de Barros (Gerência Técnica CFP), Paulo Roberto de Camargo (Coordenador Nacional do CREPOP), Soraya Souza de Andrade (Técnica Nacional CREPOP), Carolina Barbosa (Analista CFP), Laís Monteiro (CRP02), Marcus Macedo (CRP04), Maria Ermínia Ciliberti (CRP06), Alexandra Maria Campelo (CRP07), Jaira Rodrigues (CRP12), Zaira de Andrade Lopes (CRP14), Andrea Nascimento (CRP16) e Julianne de Souza Soares (CRP17), a fim de discutir pontos a serem pautados em APAF – Dezembro de 2015, qual seja: estrutura geral do CREPOP, questionário online de pesquisa, andamento das Comissões Ad Hoc e proposta do Comitê Executivo, reimpressão de publicações e Política Indutora.
- Mapeamento de psicólogas (os) que atuam em políticas públicas de direitos sexuais e direitos reprodutivos em Santa Catarina, ocorrido de dezembro de 2015 a janeiro de 2016.

11.11.6. PESQUISAS ESTADUAIS

11.11.6.1. Comunicação

Participação em Debate: Quão democráticos têm sido os meios de comunicação em Santa Catarina?, ocorrido em 28 de outubro de 2015, com representantes das mídias pública, privada e comunitária, do CDC/SC, da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do Sindicato dos Jornalistas (SJSC), do Conselho Regional de Psicologia, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Ministério Público do Estado. A discussão girou em torno das questões: Em que consiste, como ocorre e como é compreendida a manipulação da informação? É correta a interpretação de que a Internet tenha colaborado para fortalecer a liberdade de expressão? Que tipo de consequência decorre da compreensão de que Comunicação Social seja uma necessidade social? E ainda: Como ocorre e quais as consequências do modo de concessão existentes hoje para o funcionamento de meios de comunicação que se utilizam do campo eletromagnético?

Pesquisa sobre a Relação entre a Mídia e a Psicologia, iniciada em dezembro de 2015.

11.11.6.2. Participação e Controle Social

- Elaboração de questionário: Mapeamento de psicólogas (os) por área de atuação e participação em órgãos de controle social e espaços coletivos que visem à cidadania, divulgado em 01 de outubro de 2015.

11.11.6.3. Transborde Justiça

- Colaboração na elaboração do questionário: Levantamento de psicólogas/os e assistentes sociais do SUS e SUAS quanto à relação com o Sistema de Justiça, divulgado em 21 de setembro de 2015.

11.11.6.4. GT Concursos

- Elaboração de relatório a partir do levantamento de dados de 39 editais de concursos públicos e processos seletivos para psicólogos em Santa Catarina.

11.11.6.5. Saúde Suplementar

- Análise de dados advindos de questionário online sobre a atuação profissional na Saúde Suplementar;
- Evento: A relação de trabalho entre as Operadoras de Saúde e os profissionais da Psicologia, realizado em 25 de setembro de 2015, em parceria com o Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense e o Conselho Regional de Psicologia 5ª Região.

11.11.6.6. Mapeamento de psicólogas(os) por área de atuação.

- Atividade iniciada em 01 de outubro de 2015, a partir de questionário online direcionada à categoria.
- Número de participantes: os dados a seguir dizem respeito ao número de participantes nas pesquisas realizadas no ano de 2015:

Políticas e ações no campo dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	79
Participação e Controle Social	210
Transborde da Justiça	470
Saúde Suplementar	38
Mapeamento de Psicólogos (os) por área de Atuação	379

Em relação a participação de profissionais Psicólogos, não é possível mensurar qualitativamente a adesão dos profissionais, uma vez que as Secretarias não disponibilizam dados acerca do local de atuação de cada profissional. Neste sentido, entendemos como positivas as participações, uma vez que temos uma amostra que traz dados significativos a respeito da realidade profissional vivenciada pela categoria.

- Aderiram às atividades acima descritas as seguintes Entidades:

- Comunicação: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- Transborde da Justiça: Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região; Secretaria de Estado de Saúde/SC; Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/SC; Conselho Estadual de Assistência Social/SC; Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS/SC; Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina; e a Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina.
- GT Concursos: Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina;

- Saúde Suplementar: Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina e Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense.
- Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região; Secretaria de Estado de Saúde/SC; Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/SC; Secretaria de Estado de Educação/SC; Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania/SC; Conselho Estadual de Assistência Social/SC; Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS/SC; Sindicato de Psicólogos de Santa Catarina; e a Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina.

Orçamento: Mão de obra do Conselho